



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AQUICULTURA**

**O cooperativismo no setor da maricultura: Estudo de caso da Cooperativa de
Canto Grande (COOPERMAC), Bombinhas - Santa Catarina.**

Hugo Ricardo Lamas Diogo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Aquicultura, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Aquicultura.

Orientadora: Profa. Dra. Clarice Maria Neves Panitz

Co-orientador: Prof. Dr. Paulo Freire Vieira

Florianópolis

Julho - 2002

FICHA CATALOGRÁFICA

Diogo, Hugo Ricardo Lamas

Cooperativismo no setor da maricultura: Estudo de caso da Cooperativa de Canto Grande (COOPERMAC), Bombinhas - Santa Catarina / Hugo Ricardo Lamas Diogo – Florianópolis: UFSC, 2002.

42 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

1. Maricultura; 2. Cooperativismo; 3. Ecodesenvolvimento.

“Dedico esta dissertação em especial a um grande e eterno ser humano Avô Luís Lamas, a minha pequena grande família Fernando Diogo, Maria Helena, Pedro, Ana Sofia e Vítor, sempre ao meu lado com muito amor e confiança e a Adriana Fraga pelo carinho e companheirismo ao longo destes 2 anos”.

“No coletivo inteligente vamos construir novos paradigmas éticos de civilização. Um projeto que além do processo material renove os vínculos sociais, estimule laços de solidariedade, valorize a diversidade das qualidades humanas e recoloca a tecnologia do ser humano como sujeito que faz a história e protagoniza sua existência. Enfim, restabelecer o diálogo da Ciência com a Filosofia e entender que a felicidade humana deve ser o objetivo fundamental do processo de desenvolvimento”.

Pierre Levy

AGRADECIMENTOS

A Profa. Dra. Clarice Maria Neves Panitz pela orientação, confiança e apoio despendido durante todo o período do mestrado.

Ao Prof. Dr. Paulo Freire Veira pela amizade e doação de seu precioso tempo, contribuindo significativamente no enriquecimento do trabalho.

A instituição CAPES, pela bolsa de estudos concedida.

Ao Prof. Luis Salgado Klaes do Núcleo de Estudos Cooperativos da UFSC, pela colaboração bibliográfica e ideológica.

Aos Professores Luis Eduardo Bonilha e José Matarezi da Universidade do Vale do Itajaí, simplesmente, por sua eterna amizade e ao Prof. Alejandro pelo convívio e intercâmbio de idéias teóricas e práticas sobre antropologia da pesca.

Aos sempre companheiros Gustavo e Narbal Júnior, onde quer que estejam, pelo apoio logístico oferecido no campo.

A toda comunidade de Canto Grande, pescadores e maricultores, pela abertura à minha proposta de trabalho e pelo convívio e aprendizado com pessoas tão ilustres.

E acima de tudo a Deus Pai.

Obrigado.

SUMÁRIO

RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
1. INTRODUÇÃO	x
2. CORPO DO ARTIGO CIENTÍFICO	1
2.1 Artigo: Cooperativismo no setor da maricultura: Estudo de caso da Cooperativa de Canto Grande (COOPERMAC), Bombinhas - Santa Catarina.	1
Resumo	1
Abstract	1
1. Introdução	2
2. Evolução do setor pesqueiro no Estado de Santa Catarina	2
3. Maricultura vista como setor emergente em Santa Catarina	6
4. Cooperativismo no setor pesqueiro catarinense	10
5. A comunidade pesqueira de Canto Grande (Bombinhas,SC)	11
6. Questões, Hipóteses e Objetivos	12
7. Metodologia	13
8. Resultados e Discussão	15
9. Conclusões e Recomendações	33
10. Referências Bibliográficas	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA INTRODUÇÃO	xv
4. ANEXOS	

RESUMO

A aquíicultura, em geral, e a maricultura em particular, constitui tecnologias alternativas na produção de alimento, gerando empregos diretos e indiretos junto a comunidades de pescadores artesanais. O processo de crescimento e desenvolvimento das atividades aquícolas é apresentado sob um ponto de vista histórico da crise no setor pesqueiro, buscando transcender a dimensão produtivista. No Estado de Santa Catarina, o cultivo de mexilhões apresenta-se como alternativa viável na manutenção de pescadores em suas áreas de origem, gerando emprego, renda e contribuindo para a limitação dos processos de degradação dos ecossistemas litorâneos. Por outro lado, o crescimento da atividade gera problemas relacionados à qualidade do produto, ao beneficiamento, a comercialização, entre outros. O cooperativismo surge como instrumento de organização social e econômica para o setor produtivo, constituído por pequenos e médios produtores. Pelo histórico do cooperativismo, incluindo suas potencialidades e contradições, aponta-se para a necessidade de se avaliar seu papel na maricultura catarinense. Assim, o trabalho compreende um estudo de caso da Cooperativa de Maricultores de Canto Grande, Município de Bombinhas – Santa Catarina - onde foi realizada uma análise de sua gênese, expansão e das relações interinstitucionais, e da possibilidade de se converter-la em uma experiência piloto de maricultura orientada pelos princípios de ecodesenvolvimento. Foram aplicados questionários com os cooperados e diretores da cooperativa, bem como com profissionais e técnicos de agências de fomento e desenvolvimento nos setores da maricultura e cooperativismo. A constituição da Cooperativa foi caracterizada pela inconsolidação na comunidade, demonstrando baixo grau de participação social e capacidade administrativa, com dificuldades de comercializar o produto. Por outro lado, trouxe benefícios na geração de emprego para as mulheres e melhorias na qualidade ambiental local. Sob a ótica do ecodesenvolvimento, seria necessário alguns redirecionamentos para que a cooperativa possa se tornar uma estratégia viável de desenvolvimento alternativo de maricultura, destacando o acesso a processos decisórios, à participação comunitária, à autonomia e maior capacidade e conhecimento para aspectos sociais/participativos e produtivos/econômicos. Deste modo, não bastaria analisar o que têm ou não, e sim o que podem fazer ou não.

ABSTRACT

Aquaculture and Mariculture in general are alternative technologies in food production, creating direct and indirect jobs to the fishermen artisanal communities. The growth and development of aquaculture activities is presented under a historical point of view, specially about the fishing sector crisis trying to transcend the productivity dimension. In Santa Catarina state mussel culture appears as a viable alternative in maintaining fishermen in their origin areas, creating jobs, yield and contributes to decrease coastal ecosystem degradation process. On the other hand, the activity growth creates problems related to product quality, improvement and commercialization, among others. Cooperativism appears as a tool to social and economic organization for the productive sector which is made of small and middle producers. The cooperatives history, its potentiality and contradictions indicates that its role in Santa Catarina's mariculture must be evaluated. This paper consists in a case study of Canto Grande Mariculture Cooperative, Bombinhas, Santa Catarina, SC, Brazil. An historical recuperation of its origin and expansion as well as an inter institutional relationship analysis were realized, trying to evaluate its role in terms of a pilot mariculture experience conducted by ecodevelopment principles. Questionnaires were applied to the cooperative and directors, as well as to the professional and technicians of the Foment and Development agencies in mariculture and cooperativism sector. The cooperative constitution was characterized by non approval in community and this reflects low social participation and skills administration degree and difficulties of product merchandising. On the other hand, the cooperative brought benefits creating employs to women and improvements on environmental quality. Under ecodevelopment point of view it should be necessary some redirections to cooperative to become a viable strategy for a mariculture development alternative, with emphasis in decision process, community participation, autonomy and a bigger capability and knowledge to social/participative and productive/economics aspects. In this way, it is not enough to analyse what they have or not, but what they can do or not!

INTRODUÇÃO

Segundo a FAO (2001), mantendo-se o consumo mundial “per capita” de pescado no patamar de 1996, com 14 kg/ano e os percentuais de crescimento populacional, em 2010 existirá um déficit na oferta mundial de pescado de cerca de 20 milhões de toneladas. Paralelo a isto subsiste um sério problema de esgotamento dos estoques pesqueiros em nível mundial, decorrente, principalmente, de um processo de crescimento e expansão do setor da pesca, calcado nos pressupostos do paradigma capitalista/fordista, afetando profundamente a qualidade de vida dos povos do mar, especificamente a dos pescadores artesanais (DIEGUES, 1983; LEITÃO, 1995; GOMES & VIDAL, 1999).

O aumento na demanda de proteína de origem aquática, o crescimento demográfico em nível mundial e a diminuição dos estoques naturais de organismos aquáticos atuam como poderosos motivadores do crescimento da aquíicultura (VINATEA, 2000). A aquíicultura em geral, e a maricultura em particular, são iniciativas que vêm sendo consideradas como alternativas para o desenvolvimento de muitas regiões costeiras, devido às possibilidades de se gerar alimentos de alto valor protéico, criar alternativas de emprego e contribuir para a geração de divisas (FAO, 1996; FAO, 2001).

Uma vertente do processo de desenvolvimento da aquíicultura está direcionada para pequenos produtores rurais e pescadores artesanais, servindo como opção de trabalho, renda e solucionando problemas ambientais locais através da integração e diversificação de atividades produtivas (RUDDLE, 1993). Neste sentido, o cooperativismo surge como instrumento de organização socioeconômica de atividades produtivas, subentendido como uma estratégia viável de ecodesenvolvimento (SACHS, 1986; RECH, 2000).

1. A crise do setor pesqueiro e suas implicações socioambientais

A lógica produtivista subjacente ao desenvolvimento acelerado de sistemas de pesca empresarial-capitalista é tida como o principal motivo da crise e decadência das atividades de pesca artesanal em todo mundo (MELLO, 1993). A partir do momento em que o fomento à modernização da pesca foi direcionado à pesca industrial em detrimento da pesca em pequena escala, surge um novo tipo de organização da produção e as conseqüências e resultados mais significativos podem ser resumidos em exclusão social, privatização dos lucros financeiros e sociabilização dos prejuízos ambientais (DIEGUES, 1983; BECK, 1986).

O novo tipo de organização da produção afasta o pequeno pescador de seus meios de produção e segundo DIEGUES (1983), o volume de capital necessário supunha uma organização empresarial, que se baseava nas premissas do capitalismo e não mais na lógica produtiva e no modo de vida da unidade familiar. As empresas de pesca industrial, mesmo compostas por embarcações maiores, concentram suas atividades

nas proximidades da costa, passando a competir com a pesca artesanal (ZARUR, 1984; SILVA, 1990; MALDONADO, 1993; LIMA & PEREIRA, 1997). Face à escassez dos recursos pesqueiros decorrente do incremento no esforço de pesca, associado ao processo de uso e ocupação nas franjas litorâneas, o pequeno pescador vê-se compelido, cada vez mais, à: abandonar a profissão e juntar-se ao exército de desempregados nas áreas urbanas; vender seus raros instrumentos de produção e embarcar nos grandes navios de pesca como tripulante ou continuar a praticar sua pesca de pequena escala sobrevivendo na economia da subsistência (DIEGUES, 1983).

Dentre os principais impactos da pesca sobre os ecossistemas costeiros destacam-se as alterações no índice trófico, ou seja, a substituição de peixes predadores por outras espécies, levando a um nível inferior na cadeia alimentar (FAO, 2001). Este indicador de mudanças é obtido a partir de desembarques notificados nas capturas, apontando para alterações nas estruturas populacionais (FONTELES-FILHO, 1989). De modo geral, o uso de máquinas e técnicas de pesca são cada vez mais predatórias, além do desconhecimento ou desrespeito de processos ecológicos básicos têm acarretado em impactos mais ou menos drásticos, mediante a extinção de espécies (DIEGUES, 1983).

Em síntese, a expansão da pesca industrial tem impactado de forma destrutiva a pesca artesanal (DIEGUES, 1983; DIEGUES, 1995; BECK, 1983) e, atualmente, os programas e políticas de fomento ao setor buscam direcionar a pesca industrial, de grande porte, para águas mais profundas, incentivando ao mesmo tempo o ingresso dos pescadores artesanais no setor da maricultura (LEITÃO, 1995; DPA/MA, 1999).

2. Aqüicultura como atividade emergente

Face a situação de declínio dos estoques pesqueiros, a aqüicultura vem ocupando lugar de destaque no suprimento de proteína animal, onde o crescimento da produção aquícola partiu de cifras totais insignificantes para aproximadamente 5% entre os anos de 1950 e 1969 e cerca de 8% durante os anos 70 e 80, superando os 10% até o início de 1990 (FAO, 2001). Não há indícios de aumento gradativo na oferta de pescado oriundo da pesca de captura a longo prazo, sendo que qualquer crescimento do valor das produções dependerá, provavelmente, do incremento da produção da aqüicultura (FAO, 2001).

Segundo MARTINEZ-ESPINOSA (1995), existem três tipos de aqüicultura, o primeiro é praticado “dos mais pobres entre os pobres”, ou seja, a aqüicultura de subsistência, caracterizado por custos e rendimentos extremamente baixos; o segundo por agricultores/pescadores que agregam a piscicultura/maricultura às atividades tradicionais e, finalmente, o tipo industrial que constitui uma atividade corporativa marcada pela capacidade de investimentos em grande escala. Neste sentido, a aqüicultura tem potencial para ser implantada em diferentes níveis de produção, desde a economia

tradicional até a economia moderna de capital intensivo (MORALES, 1978). Ao apresentar os níveis de planejamento para atividades aquícolas, PILLAY (1990) destaca a necessidade de se priorizar a aquíicultura em pequena escala, considerando uma dimensão de estilos de ecodesenvolvimento, principalmente, em países subdesenvolvidos.

De acordo com SACHS (1993) a finalidade básica dos processos de ecodesenvolvimento seria, antes de tudo, social e ético. Assim, o desenvolvimento do ser humano deveria partir de três bases centrais: geração de empregos, luta contra fome e luta pela re-inclusão das pessoas marginalizadas do contexto econômico da sociedade contemporânea. A literatura especializada faz referência a iniciativas de realocação de pescadores artesanais em atividades de maricultura que tem gerado novas oportunidades de emprego e renda, servindo de instrumento na diminuição da pressão excessiva sobre os recursos pesqueiros costeiros (FAO, 1996; VINATEA & MUEDAS, 1998). Os principais desafios que têm sido enfrentados residem no processo de transição da pesca para maricultura, que poderia ser realizada de modo a preservar o patrimônio sociocultural, mediante arranjos institucionais cooperativos.

A pesca no Estado de Santa Catarina deixou de ser uma atividade complementar à agricultura para despontar como principal fonte de renda e alimento para comunidades sediadas ao longo da costa, esta mudança ocorreu após a década de 30, em função da especulação imobiliária associada ao desenvolvimento da zona costeira catarinense, desestruturando o sistema produtivo dos pescadores-lavradores (BECK, 1979; TEIXEIRA & TEIXEIRA, 1986; SILVA, 1990). Em consequência, a pesca artesanal passou a experimentar a competição desigual imposta pela pesca industrial, além de ter que enfrentar a diminuição dos estoques pesqueiros (BECK, 1979; BECK, 1983; TEIXEIRA & TEIXEIRA, 1986; SILVA 1990; FANTIM *apud* ROSA, 1997; WAHRLICH, 1999).

Uma consequência marcante deste processo é citada por DIEGUES (1983), que contabiliza para o Estado de Santa Catarina cerca de 24.000 pescadores artesanais, vivendo em situação de marginalização, pauperização e perda de valores culturais. Do ponto de vista produtivo, esta situação pode ser constatada mediante à consulta de dados estatísticos que indicam um declínio da participação no volume total de pescado desembarcado oriundo da pesca artesanal no Estado de 41,83 % em 1975 para 6,92% em 1999 (SUDEPE, 1988; IBAMA/CEPSUL 1988 a 1999 *apud* WAHRLICH, 1999).

Os pescadores artesanais catarinenses perderam gradativamente seus meios de produção, suas terras e seus acessos ao mar, buscando diferentes alternativas de sobrevivência como seres humanos e trabalhadores BECK (1996). Atualmente, os programas e projetos direcionados para amenizar a difícil situação dessas comunidades pesqueiras têm sido elaborados visando estimular sua transição para a maricultura.

Iniciada nos anos 80, a maricultura no Brasil oferece alternativas de dinamização econômica para as comunidades pesqueiras, mediante a geração de emprego e sua fixação nas áreas de origem (GRUMANN & POLI, 1999). Além disso, a atividade se caracteriza por uma produção baseada na unidade familiar, devendo ser encarada como positiva, pois, a maioria dos grandes produtores mundiais de organismos aquáticos são países cuja produção é realizada em pequenas propriedades (VALENTI, 2000).

ROSA (1997) demonstra uma sensível melhoria nas condições de vida das populações pesqueiras que aderiram ao sistema familiar de cultivo de mexilhões. O cultivo de mexilhões em Santa Catarina apresentou notável crescimento, com uma safra de 190 toneladas para o ano de 1990 passando para, aproximadamente, 11.000 toneladas em 1999 (ROCZANSKI *et al*, 2000).

Todavia, apesar da proliferação de projetos de maricultura, passam a surgir problemas e conflitos relacionados com a rápida expansão dessa atividade, sendo os impactos ambientais oriundo do cultivo de moluscos até o momento foram apontados por VINATEA (2000). POLI (1993) demonstrou que a expansão do cultivo marinho provocou a ampliação das atividades dos órgãos governamentais, antes dos mesmos estarem preparados para o exercício desta tarefa. Problemas adicionais estão relacionados ao beneficiamento, comercialização e distribuição do produto (EPAGRI, 1997).

De forma geral, a comercialização de mexilhões tem sido feita diretamente pelo produtor para atender a demanda de mercados, peixarias, restaurantes e consumidores individuais e a única forma de beneficiamento tem sido o cozimento efetuado em ranchos, de forma precária, pelos próprios produtores (EPAGRI, 1997). Neste sentido foi executado o projeto “Desenvolvimento Sustentável da Produção de Moluscos”, com recursos provenientes do Banco Mundial (BID) que gerou o PED (Projetos de Execução Descentralizada- MMA), dentre as diversas ações adotadas foi viabilizada a implantação de infraestrutura de manejo, processamento e comercialização de moluscos para quatro municípios (PED, 1998). Mediante o funcionamento das unidades de beneficiamento pretende-se estabelecer um sistema de comercialização com melhor organização e com um produto de melhor qualidade, envolvendo os pequenos e médios produtores em cooperativas (GRUMANN & POLI, 1999).

3. Cooperativismo pesqueiro sob o enfoque do ecodesenvolvimento

A grande demanda do setor pesqueiro orientado para a pequena produção, diz respeito ao fomento à formas de organização que, através do gradual empoderamento e educação, promovam a democratização efetiva do acesso aos mercados, bens produtivos, crédito e saber. Assim, criam-se condições favoráveis para que os pequenos produtores se tornem atores conscientes e ativos de um auto-desenvolvimento pessoal e coletivo (ARRUDA, 1996).

O cooperativismo constitui uma das estratégias de fomento à organização dos pescadores, porém, das experiências que têm sido objeto de pesquisa científica conclui-se que os resultados não são animadores, uma vez que muitas delas tornaram-se verdadeiras empresas anônimas (DIEGUES, 1983; FAO, 1996). Dentre os motivos diagnosticados pela superficialidade dos resultados práticos gerados pelo cooperativismo no Brasil cita-se: imposição estatal; falta de continuidade das ações e políticas públicas; perspectivas ideológicas variadas por parte do movimento cooperativo, dificultando estabelecer conceitos e objetivos consensuais e tendência à prática de uma racionalidade mercantilista-empresarial (FAO, 1972; CEPAL, 1985; CEPAL, 1989). Em consequência, as comunidades pesqueiras pouco receberam das saudáveis contribuições da prática de organização e gestão cooperativa, ainda assim, o cooperativismo é visto como instrumento de promoção da autonomia dessas comunidades, necessitando, em função do histórico apresentado, de novos mecanismos de fomento que passam pelo resgate do patrimônio cultural, pela desmestificação da figura do pescador como individualista e arredo e pela criação de programas articulados, sérios e contínuos de capacitação e educação (FAO, 1972; VEIGA & FONSECA, 2001).

O ecodesenvolvimento como um estilo de desenvolvimento orientado pela busca de satisfação de necessidades básicas e pela promoção da autonomia das populações, compreende modalidades de organização social que compatibilizem adequadamente objetivos diversos (econômicos, sociais e ecológicos) (SACHS, 1986; VIEIRA, 1995). Desta forma, o cooperativismo no setor da aquíicultura pode vir a representar uma estratégia viável de transição rumo a um novo modelo, condicionado por um conhecimento mais preciso das culturas e dos ecossistemas, pelo envolvimento dos cidadãos e por arranjos institucionais integrados ou co-geridos (MORALES, 1978; SACHS, 1986).

Em outras palavras a constituição de cooperativas de maricultura pode se tornar uma dimensão importante da busca de um modelo alternativo de desenvolvimento regional, centrado nos pequenos e médios produtores. Considerando-se que mais de 90% dos maricultores catarinenses já foram ou são pescadores, a consolidação dessa “nova forma de organização sócio-econômica” parece depender de um conhecimento mais preciso e confiável das características históricas locais, incluindo-se os aspectos sociais e culturais da evolução da pesca, contradições e conflitos e evolução das práticas de maricultura.

O trabalho focaliza o caso da Cooperativa de Maricultores de Canto Grande, Município de Bombinhas, Santa Catarina, buscando contribuir para uma recuperação histórica de sua gênese, expansão e para uma análise das relações interinstitucionais, avaliando os espaços de manobra visando torna-la uma experiência piloto de maricultura orientada pelos princípios de ecodesenvolvimento.

O presente estudo será apresentado de acordo com as normas da revista *Perspectiva Econômica*, ISSN 0100-039X, publicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos de São Leopoldo, RS/Brasil.

2. CORPO DO ARTIGO CIENTÍFICO:

2.1. Artigo

O cooperativismo no setor da maricultura: Estudo de caso da Cooperativa de Canto Grande (COOPERMAC), Bombinhas – Santa Catarina.

Hugo Ricardo Lamas Diogo¹

Clarice Maria Neves Panitz²

Paulo Freire Vieira³

RESUMO

O trabalho compreende um estudo de caso da Cooperativa de Maricultores de Canto Grande, onde foi realizado uma recuperação histórica de sua gênese e expansão e uma análise das relações interinstitucionais avaliando seu papel em termos de uma experiência piloto de maricultura orientada pelos princípios de ecodesenvolvimento.

Palavras-chave: maricultura; cooperativismo; ecodesenvolvimento

ABSTRACT

This paper consists in a case study of Canto Grande Mariculture Cooperative, Bombinhas, Santa Catarina, SC, Brazil. An historical recuperation of its origin and expansion as well as an inter institutional relationship analysis were realized, trying to evaluate its role in terms of a pilot mariculture experience conducted by ecodesvelopment principles.

Key words: mariculture; cooperativism; ecodesvelopment

¹Correspondência autor. End.: HIGS, 703, bloco O, casa 61 – Asa Sul 70.331-703, Brasília/DF.

Tel. +55-61-2247495. E-mail: hugo.diogo@lycos.com

²Departamento de Ecologia e Zoologia, Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC (Brasil).

³Departamento de Sociologia e Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC (Brasil).

1. Introdução

A problemática que induziu à elaboração deste estudo está relacionada à crise e decadência do setor pesqueiro e suas implicações socioambientais. Por conseguinte, o cultivo de organismos marinhos desponta-se como alternativa viável para o setor, abrindo um campo de reflexão teórico e prático que envolve suas potencialidades e tendências.

Desta esta perspectiva, foi realizado um estudo de caso visando avaliar o papel exercido até o presente pela maricultura na dinamização socioeconômica das comunidades pesqueiras de Santa Catarina. Apesar de estar gerando emprego e renda, amenizando assim alguns impactos decorrentes da pesca industrial predatória, com o rápido crescimento desta atividade passaram a surgir entraves e problemas relacionados, fundamentalmente, à obtenção de sementes, beneficiamento e agregação de valor dos produtos e comercialização. Como reação à esta tendência, o cooperativismo surge como forma alternativa de organização social, voltada à ampliação e conquista de novos mercados.

Levando-se em conta a hegemonia de uma lógica mercantilista na disseminação de práticas cooperativas, argumenta-se que o enfoque do ecodesenvolvimento poderia proporcionar um balizamento seguro para a reversão dessa tendência. O estudo da única cooperativa de maricultores institucionalizada e em funcionamento no litoral de Santa Catarina foi empreendido visando elucidar as potencialidades e contradições atuais do sistema cooperativista na promoção do desenvolvimento de pequenos e médios produtores. Investigou-se assim a gênese e expansão da Cooperativa de Canto Grande, buscando analisar as relações interinstitucionais, avaliando seu papel em termos de uma experiência piloto de maricultura orientada pelos princípios de ecodesenvolvimento.

Considerando-se que mais de 90% dos maricultores catarinenses já foram ou são pescadores, a consolidação dessa “nova forma de organização sócio-econômica” parece depender de um conhecimento mais preciso e confiável das características históricas locais, incluindo-se nisto os aspectos sociais e culturais da evolução da pesca, contradições, conflitos e evolução das práticas de maricultura.

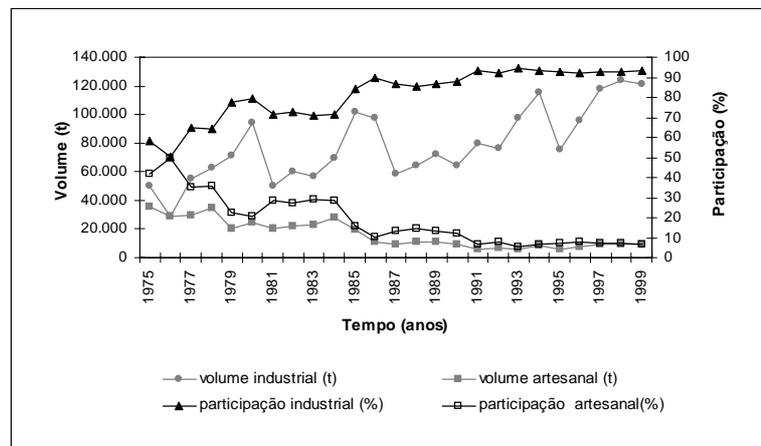
2. Evolução do setor pesqueiro no Estado de Santa Catarina

O litoral catarinense foi colonizado por imigrantes de origem açoriana durante o século XVIII, voltados ao desenvolvimento de atividades agrícolas e pesqueiras. No entanto, até o início do século XX, a pesca era considerada e praticada como atividade alternativa à agricultura, destinando-se unicamente ao suprimento da alimentação familiar que encontrava ao seu dispor um rico sistema natural terra - mar (LAGO, 1968; BECK, 1979; TEIXEIRA & TEIXEIRA, 1986; SILVA, 1990). A partir de então ocorre uma intensificação da atividade pesqueira no litoral, em função do surgimento de demandas resultantes do crescimento de centros urbanos litorâneos em meados da década de 30 (TEIXEIRA & TEIXEIRA, 1986;

SILVA, 1990). Foram assim redefinidos os papéis desempenhados pelas famílias costeiras de lavradores/pescadores. Antes dessa fase, como ressaltam TEIXEIRA & TEIXEIRA (1986), as famílias participavam dos processos produtivos e podiam ser considerados auto-suficientes depois o pescadore passou a ser o único a trabalhar (se na família não houvesse filhos homens com idade para pescar) e depender de um único produto, o pescado, para trocar pelos demais itens da reprodução da força de trabalho familiar, portanto, as comunidades passam a se dedicar à pesca como atividade principal.

Até a década de 60 não se registram inovações tecnológicas na pesca marítima, sendo o emprego do nylon e do motor os principais insumos adotados, resultando em algum incremento nas capturas e aliviando o trabalho braçal (TEIXEIRA & TEIXEIRA, 1986). A partir da década de 70, verifica-se uma drástica queda no volume total de pescado desembarcado oriundo da pesca artesanal, passando de 41% em 1975 para 9% em 1999, enquanto a pesca industrial, através de insumos tecnológicos, apresenta tendência de incremento na produção de 59% em 1975 para 88% em 1999 (FIGURA 1).

FIGURA 1: Volume de pescado em tonelada desembarcado no Estado de Santa Catarina pela pesca artesanal, industrial e suas respectivas participações (%).



FONTES: SUDEPE/COREG -SC -1975-1987 e IBAMA/CEPSUL - 1988-1999.

Pesquisadores e estudiosos do setor pesqueiro atribuem o declínio da pesca artesanal ao rol de políticas públicas setoriais de uso e ocupação das zonas costeiras (TEIXEIRA & TEIXEIRA, 1986; SILVA, 1990; DIEGUES, 1995; MARCHIORO, 1998; WAHRLICH, 1999). Numa revisão crítica das políticas públicas direcionadas à atividade pesqueira LEITÃO (1995) conclui que, de uma forma geral, serviram como instrumentos de manutenção dos pescadores na malha da miséria, tornando-os mão de obra barata para a pesca industrial bem como fornecedores de pescado a baixos preços.

2.1. A Gestão pública do setor pesqueiro

A gestão pública da pesca tem na elaboração do Código de Pesca (Decreto-Lei 794-1938) seu marco inicial, no contexto da transferência das atribuições relacionadas ao setor do Ministério da Marinha para o Ministério da Agricultura. À mudança institucional corresponde a emergência de um novo enfoque dos problemas da pesca, enfatizando-se mais a dimensão produtiva do que a geopolítica (LEITÃO, 1995). Até a década de 60, a atividade pesqueira se limitava à pesca artesanal de pequena escala e a produção dos armadores, proprietários de algumas poucas embarcações. O atraso do setor pesqueiro nacional perante demais países é assim explicado por DIEGUES (1983):

“... a concentração dos meios de produção não era suficiente para a criação de uma indústria estável cujo lucro fosse replicado na pesca. A falta de estímulo para incremento da produção dava-se em função da baixa produtividade natural do mar brasileiro, que ao longo do litoral apresentam alguns poucos pesqueiros mais produtivos. Acrescentando o fato de que estes pesqueiros abundantes em pescados de alto valor de mercado encontravam-se no nordeste e norte, para os quais o mercado local era reduzido.”

Com o objetivo de romper esse círculo vicioso de baixa produtividade, o Governo Brasileiro criou em 1962 a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) com estatuto de autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura (VIEIRA, 1995). E em 1967 emerge o programa de incentivos fiscais, a fim de acelerar os investimentos privados no setor, aumentando assim o volume de pesca (DIEGUES, 1983). A política de fomento adotada pela SUDEPE privilegiou o setor industrial em detrimento do artesanal, gerando o agravamento dos índices de marginalização sócio-econômica, política e cultural de segmentos expressivos da população sediada ao longo da franja litorânea (VIEIRA, 1995).

Mediante o Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, estabelecendo uma sistemática de incentivos fiscais, surge uma importante frente da expansão da pesca industrial. Neste sentido, para WAHRLICH 1999:

“...a pesca artesanal, praticada por pescadores autônomos ficou marginalizada ao processo de expansão da atividade pesqueira em Santa Catarina, pois os incentivos fiscais e subsídios governamentais eram destinados somente a pessoas jurídicas, Além disso, a pesca artesanal foi atingida diretamente pelo esgotamento dos estoques pesqueiros causado pelo aumento da frota industrial.”

A pesca industrial gera uma concorrência desleal pelo fato de utilizar embarcações mais potentes, melhor equipadas e atuando em áreas onde se desenvolve a pesca artesanal. As comunidades pesqueiras passam de produtoras de pescado a fornecedoras de mão de obra e produtos vendidos a baixo custo. Sem conseguirem manter e adquirir os meios de produção resta-lhes a subordinação aos empresários da pesca

e a programas assistencialistas (BECK, 1983; DIEGUES, 1983, SILVA 1990, DIEGUES 1995). É, principalmente, nesta ordem competitiva de exploração que o recurso pesqueiro vem se exaurindo: por um lado, a racionalidade mercantilista do sistema pesca industrial e por outro a racionalidade de satisfação das necessidades de reprodução da unidade familiar. A visão por trás da postura governamental neste período era de que a pesca dita artesanal, de pequena produção mercantil, era atrasada e pouca produtiva por ser de caráter familiar, empregando embarcações e apetrechos de pesca caracterizados muito mais por sua diversidade do que pelo poder de pesca. Outra conseqüência, em função da competição com as embarcações mais modernas, foi a redução do nicho de pescador artesanal, que gradativamente deixa de exercer a sua atividade, conforme afirma MEDEIROS *et al.* (1997a).

LAGO (1968), em seus trabalhos itinerantes nas comunidades pesqueiras de Santa Catarina atenta para a situação destas, enfatizando e reforçando a necessidade de promover o crescimento da industrialização em nível comunitário, programas pedagógicos preocupados com motivação cooperativista e envolver nos programas de treinamento o elemento feminino.

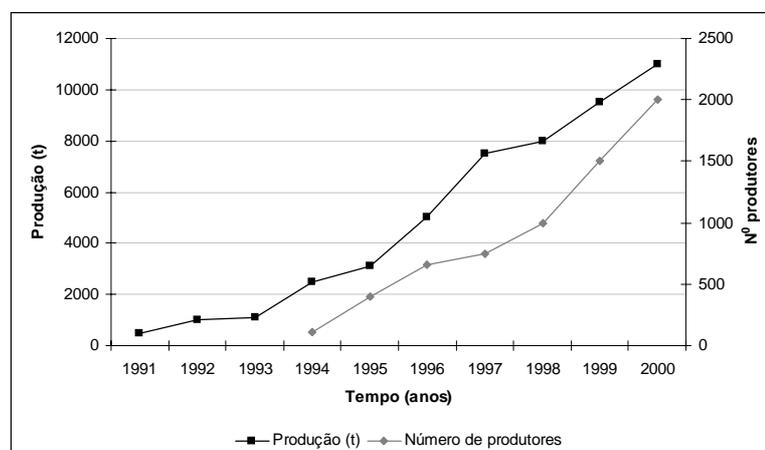
A partir de 1989, a gestão do setor passa a ser administrada pelo então criado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), cujos principais objetivos eram a fiscalização, controle e gestão da qualidade ambiental, aproveitamento sustentável dos recursos naturais e conservação e manejo dos ecossistemas com vistas à preservação da biodiversidade (IBAMA, 1989). As ações deste órgão ficaram reduzidas a apenas algumas atividades pontuais, como os Grupos Permanentes de Estudos (GPE) atuando sobre as espécies capturadas pela frota industrial, fiscalização e instalação de períodos de defeso (LEITÃO, 1995). Segundo DIEGUES (1995), o IBAMA tem sido incapaz de elaborar e por em prática uma estratégia de proteção ao setor, adotando ações de normatização orientadas mais pela noção de gestão biológica e ecológica das espécies sem, necessariamente, ter presente a perspectiva de que tais recursos são apropriados por populações com existência sócioeconômica.

Em meados de 1998, o setor pesqueiro retorna à gestão do Ministério da Agricultura, sob a administração do Departamento de Pesca e Aqüicultura (DPA). Passa a ser enquadrado pela Política Nacional do Agronegócio da Pesca e da Aqüicultura, mediante o qual são formulado os objetivos a serem alcançados, a curto, médio e longo prazo, mediante delineamento nos Planos Estratégico e Operacional (DPA/MA, 1999). Desta forma, a política atual do setor destaca a importância de se promover o desenvolvimento da pesca e aqüicultura com vistas ao abastecimento interno, participação no mercado internacional e, ao mesmo tempo, combater as crescentes desigualdades sociais.

3. Maricultura vista como setor emergente em Santa Catarina

Em síntese os pescadores artesanais de Santa Catarina vêm sendo submetidos a processos de marginalização social, pauperização e erosão cultural cada vez mais intensos. Ao longo da zona costeira catarinense localizam-se 150 comunidades pesqueiras que abrigam, aproximadamente, 28 mil pescadores artesanais e que envolvem, direta ou indiretamente, cerca de 150 mil pessoas (EPAGRI, 1997). A aquíicultura¹ em geral, e a maricultura² em particular, são iniciativas que surgiram há pouco mais de uma década e que vêm sendo consideradas como alternativas para o desenvolvimento de regiões costeiras, na medida em que geram novas perspectivas para a geração de alimentos, empregos e divisas (HERNANDEZ *apud* GOMES & VIDAL, 1999). Em Santa Catarina, sua importância já vem sendo sentida nas comunidades litorâneas, onde na modalidade de maricultura, a mitilicultura³ se destaca, contata-se um notável crescimento desta atividade, como demonstra ROCZANSKI *et al* (2000), através do incremento de 190 toneladas no ano de 1990 para, aproximadamente, 11.000 toneladas em 1999 (FIGURA 2).

FIGURA 2: Evolução da produção de mexilhões e número de produtores envolvidos na atividade em Santa Catarina, no período de 1991 a 2000.



FONTE: EPAGRI(2000).

¹ A palavra aquíicultura compreende o cultivo de organismos aquáticos: algas, moluscos, crustáceos, peixes e outros. Tal atividade implica na intervenção do Homem no processo de criação, para maximizar a produção de forma sustentável.

² Entende-se por maricultura o cultivo de organismos aquáticos de origem marinha, sejam estas plantas, moluscos, crustáceos ou vertebrados.

³ A mitilicultura representa uma modalidade da maricultura, destinada a produção de moluscos pertencentes as espécies de mitilídeos. Em Santa Catarina o mexilhão *Perna perna* (Linné, 1758) é o mais cultivado pelos pescadores artesanais.

O cultivo de mexilhões vem proporcionando uma renda adicional aos pescadores, contribuindo para a geração de mão-de-obra e para a fixação das populações tradicionais, principalmente os jovens, nas suas áreas de origem (GRUMANN & POLI, 1999). De acordo com a EPAGRI *apud* VINATEA (2000), cada produtor mantém 1000 cordas de cultivo numa superfície estimada de 0,2 ha. Cada módulo pode produzir cerca de 15 toneladas brutas de mexilhão por ano e, considerando que não há gastos com mão de obra, o faturamento médio anual chega a 18.375 reais (1.530 reais/mês). Segundo MEDEIROS *et al* (1997a), o cultivo de mexilhões *Perna perna* era realizado por 4,5% dos pescadores artesanais do litoral centro-norte catarinense, servindo de fonte de renda alternativa. Existem indícios de que houve melhoria das condições de vida das populações pesqueiras que aderiram ao sistema familiar de cultivo de mexilhões (ROSA 1997). Esta característica da mitilicultura catarinense pode ser encarada como positiva, pois, segundo VALENTI (2000) a maioria dos grandes produtores mundiais de organismos aquáticos são países cuja produção é realizada em pequenas propriedades.

O crescimento e o atual sucesso da mitilicultura catarinense deve-se à presença de quatro fatores básicos: a) ambientais, pelo fato do Estado de Santa Catarina apresentar um litoral fortemente recortado formando baías e enseadas com características de qualidade de água propícias para o cultivo de moluscos (EPAGRI, 1997); b) sócio-culturais, pelo fato de se constatar evidências de uma estreita relação das comunidades com o mar e o desejo de permanecer em suas áreas de origem resgatando e valorizando aspectos culturais (LABALE 1998); c) econômicos, pois a mitilicultura constitui uma atividade que exige baixos custos de instalação e retornos relativamente rápidos do capital investido (FERREIRA & MAGALHÃES, 1995 *apud* VINATEA, 2000) e d) institucionais, na medida em que a articulação entre a pesquisa (universidades) e extensão (EPAGRI) vem gerando e transferindo tecnologias de cultivo para os produtores (VINATEA, 1999).

Todavia, apesar da proliferação de projetos de maricultura têm surgido problemas e conflitos relacionados com a rápida expansão dessa atividade e com os impactos ambientais oriundo do cultivo de moluscos VINATEA (2000). Por sua vez, POLI (1993) demonstrou que a expansão do cultivo marinho provocou a expansão das atividades dos órgãos governamentais, antes dos mesmos estarem preparados para o exercício desta atividade. Problemas adicionais estão relacionados ao beneficiamento, comercialização e distribuição do produto (EPAGRI, 1997).

De forma geral, a comercialização de mexilhões tem sido feita diretamente pelos produtores para atender a demanda de mercados, peixarias, restaurantes e consumidores individuais. A única forma de beneficiamento tem sido o cozimento efetuado em ranchos pelos próprios produtores, de forma precária (EPAGRI, 1997). Neste sentido, foi executado o projeto “Desenvolvimento Sustentado da Produção de Moluscos” com recursos provenientes do Banco Mundial (BID), que gerou o PED (Projetos de Execução Descentralizada- MMA), dentre as diversas ações adotadas foi viabilizada a implantação de infra-

estrutura de manejo, processamento e comercialização de moluscos para quatro municípios (PED, 1998). Cada unidade tem capacidade para desconchar 5 toneladas diárias de mexilhões e as plantas baixas contam com o SIF do Ministério da Agricultura e do Abastecimento para comercialização do produto na forma de resfriados e *in natura*. Com o funcionamento das unidades de beneficiamento pretende-se estabelecer um sistema de comercialização melhor organizado e um produto de melhor qualidade, envolvendo os pequenos e médios produtores em cooperativas (GRUMANN & POLI, 1999).

3.1 Ecodesenvolvimento na Mitilicultura Catarinense: Avanços e desafios

O processo de expansão da mitilicultura suscita o interesse pelo entendimento dos seus condicionantes. Esta reflexão ganha importância no momento em que se discute a adoção de novos paradigmas, frente à uma crise progressiva de identidade do modelo de desenvolvimento vigente em Santa Catarina (VIEIRA & CUNHA, 2002). Trata-se de identificar de que maneira este modelo poderá ser redirecionado visando assegurar uma utilização sustentável da base de recursos ao longo do tempo. (VINATEA, 1999). A sustentabilidade da mitilicultura torna-se premente em função da experiência obtida com a aplicação “revolução verde” (DUMONT, 1989 & ASSAD & BURSZTYN 2000).

Por conseguinte, o grande desafio diz respeito à definição de estratégias alternativas de desenvolvimento capazes de produzir transformações estruturais condizentes com a melhoria das condições de trabalho e de vida dos produtores. Estas estratégias deverão estar melhor integradas com a necessidade de preservar o patrimônio natural e cultural, resgatando e promovendo o protagonismo endógeno (MORALES, 1978; RUDDLE, 1993; VIEIRA, 1995; ZAPATA, 2000; SACHS, 2001). Os pontos de referência essenciais para o desenho dos novos espaços de planejamento e gestão podem ser encontrados na literatura sob o enfoque de ecodesenvolvimento (SACHS, 1986). Trata-se de um enfoque de planejamento e gestão de estratégias de desenvolvimento orientadas prioritariamente pela busca de satisfação de necessidades básicas (materiais e psicossociais) e pela promoção da autonomia (*self-reliance*) das populações, internalizando a dimensão ambiental (VIEIRA, 1995).

Para se tornar operacional o conceito de ecodesenvolvimento são necessárias três condições: a primeira seria um conhecimento das culturas e ecossistemas, bem como aquilo que as diferentes culturas aprenderam sobre os seus ecossistemas; a segunda condição consiste no envolvimento dos cidadãos e por fim, um arranjo institucional que estabeleça um esquema de mercado, oferecendo termos de troca relativamente justos e proporcione acesso a recursos de difícil obtenção em nível local (SACHS, 1986).

Desta forma, o modelo ecodesenvolvimentista recai sobre os espaços da autonomia local, gerando processos que possibilitem o surgimento de comunidades sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades

específicas, enfatizando a necessidade de articulação e integração das instituições envolvidas no processo (SACHS, 1986; VIEIRA & CUNHA, 2002). Nesta abordagem a mitilicultura catarinense apresenta sinais de avanço demonstrado na TABELA 1.

TABELA 1: Análise da sustentabilidade do cultivo de mexilhões em Santa Catarina.

Aspectos	Pontos de Sustentabilidade	
Sociais	1) Geração de 6,5 postos de trabalho por cultivo 2) Participação da comunidade local 3) Participação de outros atores sociais 4) Gestão patrimonial dos recursos	5) Respeito pela propriedade comum 6) Alimento gerado é consumido pelas classes populares 7) Tecnologia valoriza a cultura local 8) Aceitação pela opinião pública
Econômicos	1) Integração com atividades pesqueiras 2) Cultivos favorecem o auto-emprego e a participação familiar 3) Produção pode ser autogerida pelos trabalhadores 4) O produto possui um valor de mercado moderado	5) Os cultivos são implementados com pouco capital 6) Processo de produção contempla poucas etapas 7) A semente é barata sendo coletada com equipamentos baratos
Ambientais	1) Produção pode ser viabilizada sem uso de energia elétrica ou fóssil 2) Cultivos são realizados sem destruição de cobertura vegetal 3) Não oferecem risco de poluição com substâncias químicas	4) Se encontram normatizados por estrutura legal ambiental 5) São usadas espécies nativas 6) Não introduz patógenos forâneos
Tecnológicos	1) A tecnologia de cultivo é reproduzível podendo ser apropriada por diferentes usuários 2) O mexilhão é uma espécie de baixo nível trófico 3) Os cultivos são sustentados pelo alimento natural existente no meio	4) A semente pode ser facilmente obtida 5) Os insumos necessários são obtidos localmente 6) Há abundante volume de pesquisa sobre a espécie e tecnologia de cultivo 7) A pesquisa para desenvolvimento tecnológico é barata

Adaptado de VINATEA (1999)

Ainda assim, a atividade de mitilicultura enfrenta grandes desafios inerentes ao acelerado crescimento da atividade. Em um estudo de caso sobre a gestão patrimonial de recursos costeiros na Baía de Florianópolis, VINATEA (2000) aponta para a sobrecarga do sistema aquático com matéria orgânica, oriunda das elevadas populações de animais cultivados, bem como o surgimento de conflitos decorrentes da disputa pelo acesso e uso das áreas da Baía. Com o aumento gradativo da produção, a oferta vem se equilibrando, o mercado se encontra próximo do estado de saturação e há a necessidade de conquista a mercados mais atraentes (POLI & LITTLEPAGE, 1998; DPA/MA, 1999). Esta situação põe a atividade em risco, uma vez que fica sujeita à racionalidade mercantilista, se contrapondo aos princípios do ecodesenvolvimento e podendo vir a desconfigurar a atividade baseada na pequena produção (SACHS, 1993; VINATEA, 2000). A entrada de produtores, que não sejam pescadores artesanais, com maior poder de investimento e capacidade de comercialização contribui para o início de uma “corrida competitiva pelo lucro”; soma-se a isso as projeções de crescimento elaboradas para o setor pelo Governo Federal via

Departamento de Pesca e Aqüicultura (DPA), estabelecendo um incremento na produção de 875% até o ano de 2005 (PROENÇA, 2001b).

4. Cooperativismo no setor pesqueiro catarinense

A palavra “cooperativismo” tem origem no latim *cooperari* (“cum” significa com e “operari” significa trabalhar). O cooperativismo surge como movimento social voltado à criação de formas alternativas de organização sócio-econômico baseadas na distribuição eqüitativa da riqueza gerada, em programas de educação e formação de cidadãos ativos conscientes, e à geração de um processo coletivo de visualização e de construção do novo (ARRUDA, 1996; RECH, 2000).

O movimento cooperativo no Brasil é representado, oficialmente, pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), filiada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e regulamentada pela Lei Federal Nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 (PINHO, 1982). No processo de evolução do movimento e de suas entidades representativas constata-se a predominância do fomento às cooperativas do setor agro-pecuário, em detrimento das cooperativas pesqueiras. Em termos quantitativos, o cooperativismo fomentado em zonas costeiras representa apenas 4% do total de cooperativas existentes na América Latina e no Caribe (GUIMARÃES, 1986).

Diante da realidade do pescador artesanal, o cooperativismo surge como principal meio de eliminar os atravessadores, que mantêm um sistema de exploração perverso (LAGO, 1968; SILVA, 1990). As poucas experiências localizadas de funcionamento de sistemas cooperativos no setor pesqueiro artesanal catarinense fracassaram, pois não conseguiram superar os desafios ligados a comercialização do pescado (LAGO, 1968). Na década de 60, o Deputado Estadual Paulo Wright organizou a Federação das Cooperativas dos Pescadores de Santa Catarina Ltda (FECOPESCA), congregando 27 cooperativas distribuídas ao longo do litoral; todavia, o funcionamento não se efetivou por razões políticas (TEIXEIRA & TEIXEIRA 1996). Ainda segundo os autores, somente no final dos anos 70 se voltaria à questão do cooperativismo com a criação, por iniciativa do governo do Estado e recursos do Banco Mundial, da Cooperativa de Pesca de Porto Belo (COOPERBELO). Numa perspectiva de “avaliação qualitativa” TORRENS (1984) cita que:

“... não restam dúvidas de que a criação da Cooperativa partiu, principalmente, de uma intervenção do Estado numa atividade específica da economia catarinense: a pesca artesanal”.

A experiência da COOPERBELO não conseguir ser enraizada nas comunidades de pescadores, e não obteve sucesso na eliminação dos intermediários. Passou a comercializar o pescado com base nos preços vigentes no mercado, pouco diferenciando seu funcionamento do trâmite realizado pelos intermediários

(TORRENS, 1984). Tal fato se refletiu, negativamente, na categoria, tornando as cooperativas uma panacéia reformista no setor pesqueiro catarinense (TEIXEIRA & TEIXEIRA, 1986).

Portanto, alguns aspectos se tornam relevantes ao pensarmos em processos de formação de cooperativas no setor da maricultura. Do ponto de vista socioeconômico, o principal problema diz respeito ao baixo nível de escolaridade. Cerca de 75% dos produtores não completaram o primeiro grau e 6% são analfabetos (GRUMANN & POLI 1999). Outro aspecto importante a ser ressaltado está relacionado com as dificuldades históricas de organização dos produtores. Neste ponto, deve-se considerar que os atuais maricultores catarinenses são, em sua grande maioria, pescadores ou ex-pescadores artesanais. As novas práticas produtivas exigem mudanças drásticas de atitude, como a substituição de uma representação de captura para uma de cultivo e um engajamento distinto dos maricultores na estruturação de um processo complexo de manejo do espaço marítimo e das tecnologias de cultivo (GOMES & VIDAL, 1999). A falta de experiência, associada à especificidades culturais, torna esta passagem de pescador-coletor para maricultor-empendedor um processo longo e geralmente doloroso, sobretudo em mercados cada vez mais globalizados e competitivos.

5. A comunidade pesqueira de Canto Grande (Bombinhas, SC)

A comunidade de Canto Grande pertence ao Município de Bombinhas. Trata-se de um município recém constituído, emancipado do Município de Porto Belo, a partir da lei 8558/92. Nesta comunidade, até a década de 30 a agricultura de subsistência era a principal atividade produtiva, que ocupava áreas do morro de Zimbros. Após 1940, a agricultura entrou em declínio. Muitos jovens começaram a se preparar para a pesca a partir dos 10 anos de idade. A população local passou a ocupar as terras baixas junto às praias, redirecionando seus esforços para a exploração de recursos pesqueiros, que se tornava interessante pelo incremento na oferta. Embora os peixes pudessem ser capturados o ano todo, para cada espécie existia um período preferencial de exploração: de dezembro a janeiro pescavam bagre; de janeiro a maio, o cação; de maio a junho, a tainha; de junho a dezembro, a corvina e de outubro a novembro a anchova. No início da década de 60, a agricultura se limitava a algumas plantações nos fundos de quintais e o pescador artesanal não passava dos limites de seu sustento, lutando com dificuldade para manter sua profissão e sua sobrevivência (MENDONÇA, 1995).

A partir de 1980, a região passa a se destacar como um importante pólo turístico do litoral catarinense, beneficiando-se diretamente da elevada beleza paisagística local. O rápido crescimento das atividades turísticas e a prática da pesca predatória (artesanal, industrial e esportiva) levaram à criação da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo - RBMA (MARCHIORO, 1998). Somente em 1991 foram iniciados os trabalhos de implantação da RBMA; com recursos humanos e financeiros insuficientes, infra-estrutura deficiente e ausência de planejamento (IBAMA, 1996). Como instrumento de preservação ambiental, a

Reserva do Arvoredo contribuiu para a manutenção de alguns ecossistemas e espécies; todavia, gerou um grande impacto na atividade de pesca artesanal, excluindo áreas de pesca tradicionalmente utilizadas e gerando conflitos com demais atores sociais (MARCHIORO, 1998). Segundo WAHRLICH (1999), a Reserva foi criada sem a prévia consideração do ambiente social, econômico e cultural em que se insere, gerando sérios impactos no sistema de pesca artesanal.

Neste cenário surge, no início dos anos 90, o cultivo de mexilhões como tecnologia alternativa. Segundo MARCHIORO (1998), o principal motivo do ingresso dos pescadores na maricultura foi a situação da pesca, marcada pela baixa produtividade e pelos conflitos. Já em 1997, cerca de 86,4% dos produtores declararam ser a maricultura sua principal atividade (ROSA, 1997). A maricultura em Canto Grande diminuiu a pressão sobre os estoques pesqueiros e estabilizou economicamente as famílias. Os dados estatísticos mostram que a produção de mexilhões em Canto Grande passou de 281 toneladas em 1993 para cerca de 1.400 toneladas em 2001, o que significa um incremento de 497%, ou seja, média de 62% ao ano (CEPA/SC, 2001a).

A falta de uma estrutura que garantisse a qualidade do produto e amenizasse os impactos ambientais decorrentes do beneficiamento realizado de forma precária, solucionando certos conflitos sociais, subsidiou a viabilização de recursos destinados à construção de uma unidade de beneficiamento, a ser gerida através de um sistema cooperativo.

6. Questões, Hipóteses e Objetivos

Com base no que foi apresentado, surgem as seguintes questões norteadoras do trabalho: Como a Cooperativa de Canto Grande surgiu e está sendo organizada? Como vem se articulando institucionalmente e definindo alternativas para os cooperados? Como avaliar seu papel em termos de uma experiência piloto de maricultura, mediante os princípios de ecodesenvolvimento?

Através da revisão bibliográfica e das pesquisas exploratória de campo levantamos a hipótese de que o cooperativismo de Canto Grande vem sendo direcionado num sentido predatório do ponto de vista socioambiental, predominando uma racionalidade mercantilista e o isolamento. Haveria também uma articulação deficiente com demais atores institucionais, o que estaria dificultando seu desenvolvimento. Assim, os objetivos do trabalho foram realizar uma recuperação histórica de sua gênese, expansão e uma análise das relações interinstitucionais, avaliando seu papel em termos de uma experiência piloto de maricultura orientada pelos princípios de ecodesenvolvimento.

7. METODOLOGIA

7.1 Localização da área de estudo

O Município de Bombinhas está localizado no litoral centro-norte de Santa Catarina, na Península de Porto Belo (também conhecida como Península da Ericeira), tendo como limite norte a Enseada de Porto Belo; a nordeste a Enseada de Bombas; a sudeste a Enseada de Mariscal e ao sul a Enseada de Zimbros (ou de Canto Grande). A localidade de Canto Grande pode ser considerada como um bairro do município de Bombinhas, localizando-se junto à Baía de Tijucas (FIGURA 3).

FIGURA 3: Localização geográfica da comunidade de Canto Grande, Município de Bombinhas, Santa Catarina, Brasil.

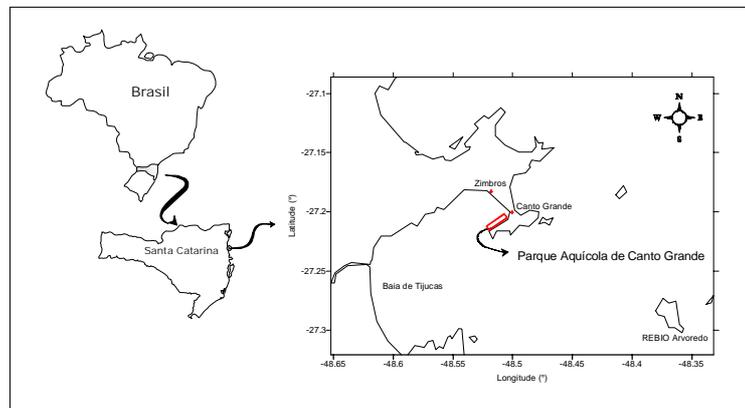


Imagem importada do programa GEBCO 97 Digital Atlas e tratada no SURFER 7.0.

7.2 Descrição do modelo analítico

A pesquisa estendeu-se por um período de 11 meses contemplando as etapas de revisão bibliográfica, estruturação do modelo de análise, pesquisa exploratória de campo, coleta e sistematização dos dados e redação do relatório final.

O instrumental analítico, a cooperativa, reflete a preocupação pela análise de um sistema composto por unidades de produção familiar, combinando recursos humanos e fatores produtivos. O estudo do sistema cooperativo exige a identificação dos seus limites e de seu entorno. Neste sistema os limites são a família nuclear e os fatores produtivos, tais como sementes, ferramentas, estrutura física e material e no entorno do sistema são os atores sociais externos, o meio ambiente na qual se encontra localizado, as redes de abastecimento e comercialização, as agências de extensão, pesquisa e desenvolvimento.

Inicialmente focalizou-se a gênese e o processo de institucionalização da cooperativa. Esta etapa foi realizada através da aplicação de entrevistas semi-estruturadas com líderes locais, membros da

comunidade, profissionais da extensão bem como das agências de apoio e desenvolvimento nas áreas de maricultura e cooperativismo. Como complementação foi realizado um levantamento histórico da atividade através de pesquisa documental.

Em seguida foi analisada a dimensão da estrutura interna da cooperativa: organização do trabalho; supervisão; frequência, horário e duração da jornada de trabalho; capacitação e informação sobre sua própria atividade (capacitação formal e informal, cursos técnicos e nível de informação); informações sobre qualidade ambiental; relação dirigente-sócio-técnicos; participação, liderança e disciplina (processos decisórios – autonomia); regularidade de reuniões entre Conselho Fiscal e Administrativo e cumprimento de resoluções emanadas em Assembléias Gerais pela diretoria, situação econômica – financeira e da assistência prestada ao associado.

Foram realizadas entrevistas com os diretores e os associados. O questionário aplicado aos sócios foi elaborado visando coletar as informações seguintes: a) origem social, idade, escolaridade, permanência na região e o número de dependentes; b) atividades relacionadas a mitilicultura, como se complementam; c) atividades realizadas, periodicidade, grau de cooperação no trabalho e existência ou não de supervisão; d) representação sobre cultivo e cooperativismo.

A situação das diretorias foi avaliada com base em observações participativas e entrevistas semi-estruturadas para coleta de dados sobre os seguintes aspectos: a) recursos Humanos: membros, pessoal técnico e diretivo; b) organização do trabalho: estratégia de organização, atividades, distribuição de tarefas, mecanismos de coordenação e demanda e c) desenvolvimento: projetos de ampliação, perspectivas de crescimento e idealizações para futuro (aumento da produção, conquista de novos mercados, aplicação de fundos comunitários, etc).

A análise das intervenções ou coações externas envolveu a consideração de diferentes níveis. Inicialmente o nível macro, correspondente às políticas públicas, que proporciona a orientação geral que deve ser seguida no planejamento do desenvolvimento. Em seguida, o nível meso (intermediário) ou das estruturas institucionais que desempenham um papel de mediação entre diversos sistemas (social, cultural, econômico, etc) e entre diferentes níveis, definindo quais são as alternativas possíveis no nível micro. Finalmente o nível micro ou de campo, onde são especificadas as unidades familiares, que se ajustam às alternativas institucionais e as orientações políticas para desenvolver estratégias de produção dentro das potencialidades e limitações de seu contexto específico de desenvolvimento.

A sistematização e análise das informações foram realizadas por meio de uma matriz, relacionando e avaliando o grau de articulação institucional e a integralização das ações em andamento. As coações, sobre o nível micro foram também identificadas, estabelecendo-se um sistema de relações entre as

políticas executadas e os seguintes indicadores (estabilidade; remuneração; ambiente de trabalho e higiene; participação; saúde; habitação; educação; permanência; informação; formação; atividades; difusão; emprego; índice de autofinanciamento; crescimento de vendas; participação de mercado; rentabilidade das vendas; preço médio pago ao produtor) adaptado de ACARPA/EMATER, 1984; MARTÍNEZ & BIALAKOWSKY; 1984; SCHNEIDER; 1984; PINHO 1986; JÚNIOR-OLIVEIRA, 1996.

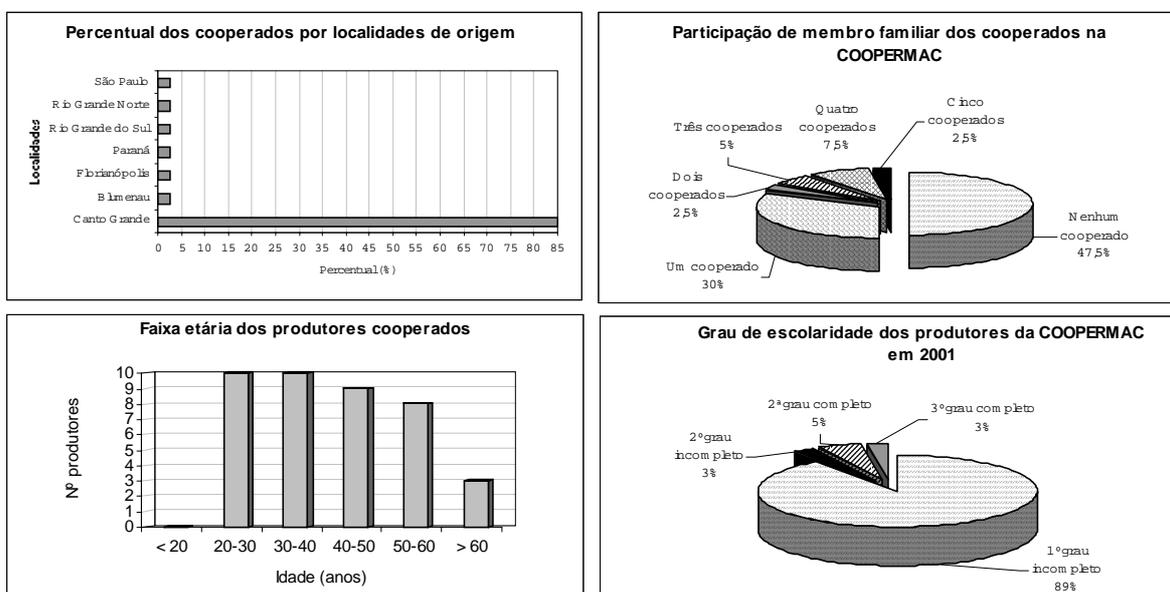
O modelo de análise utilizado foi adaptado da FAO (2001) -- Diagnóstico sócio-econômico com enfoque em gênero.

8. Resultados e Discussão

8.1. Características das unidades produtivas

Dos 45 produtores cooperados, 85% são naturais de Canto Grande e 89% possuem o primeiro grau incompleto. A faixa etária oscila entre 20 a 40 anos, indicando a predominância de jovens (FIGURA 4). Dentre o número de membros da família economicamente dependentes a distribuição é homogênea: 27,5% possuem 2 membros, 22,5% 3 membros e 20% 4 membros dependentes. Cerca de 47,5% dos produtores não possuem nenhum membro da família cooperado, enquanto 30% possuem 1 familiar cooperado, principalmente os filhos. Estes ajudam no trabalho braçal. As esposas participam do beneficiamento do produto. O trabalho remunerado ocorre quando a quantidade de mexilhões a serem colhidos é grande, servindo como complemento de renda. As famílias dos cooperados são compostas, na sua maioria, por 3 a 4 membros representado por 51% seguido de 2 membros por 28%.

FIGURA 4: Perfil dos produtores cooperados a COOPERMAC.



Estes dados demonstram a predominância de uma típica estrutura social de comunidades pesqueiras artesanais (LAGO, 1968; TEIXEIRA & TEIXEIRA, 1996; MEDEIROS, 1997a; MEDEIROS, 1997b; RODRIGUES, 2000), e refletem o perfil do maricultor catarinense (POLI, 1993; ROSA, 1997).

8.2 A formação da Cooperativa de Maricultores de Canto Grande- COOPERMAC

Diante das precárias condições de manejo e beneficiamento do produto foram disponibilizados recursos, mediante o projeto “Desenvolvimento Sustentado da Produção de Moluscos”, para a construção de quatro unidades de beneficiamento ao longo do litoral. Havia uma grande expectativa em relação a estas unidades, no sentido de promoverem uma melhoria nas condições do beneficiamento e conquista de novos mercados (GRUMANN & POLI, 1999; MACCACCHERO & IGARASHI, 1999; PROENÇA, 2001b). A primeira a concluir as obras foi a de Canto Grande num terreno doado pela prefeitura. Palestras, em número de sete, foram proferidas aos produtores sugerindo possíveis opções de administração. Optou-se então pela cooperativa. Através do repasse de uma quantia em dinheiro da Associação de Maricultores de Canto Grande no final de 1998 foram integralizadas as quotas-parte dos 44 produtores associados, tornando-se, automaticamente, cooperados.

Contudo, o início das atividades na cooperativa foram marcadas por conflitos locais. Cerca de 70% dos produtores eram contra a institucionalização da cooperativa (Romilto Poluceno, *com. pss.*, 2001). Essa situação é confirmada pelas respostas obtidas sobre os motivos que os levaram a cooperar: 40% disseram que se cooperaram, pelo fato de estarem interessados numa melhoria da qualidade do produto e no incremento da renda da família; para 37,5% a cooperação foi automática, ou seja, faziam parte da Associação e foram inseridos como sócios-fundadores da cooperativa. Os demais alegaram que se cooperaram uma vez que a pescaria estava ruim e porque “*disseram que as coisas iam melhorar*”. Dentre as explicações teóricas do comportamento cooperativo (PINHO, 1982), constatamos que, para uma parcela dos produtores a opção pela ação cooperativista formal foi uma maneira de anular uma tensão que impedia a progressão, ou seja, melhorar o beneficiamento para incrementar a renda, enquanto que para os demais a cooperação formal foi a única opção que lhes restou. Foi observado que a resistência local para com a cooperativa devia-se à experiência que alguns pescadores/produtores tiveram com a COOPERBELO. De uma forma geral, eram pessoas de maior idade e com grande poder de decisão em nível comunitário, como disse Sr. Ivanildo (61 anos):

“Lá na COOPERBELO todo mundo caiu do cavalo, esse negócio não dá certo”.

A adoção da cooperativa pela maioria de produtores é considerada condição primordial para um bom funcionamento, especialmente quando se trata de mercados com produtos pesqueiros (FAO, 1972; TAMAMES, 1987). O processo de definição das opções de administração da unidade de beneficiamento parece ter sido participativo e democrático. VIANA (1996) cita que a participação em processos de

construção de agendas envolve atores governamentais e não governamentais, sendo o primeiro grupo vital para a elaboração da agenda, mas menos essencial para a especificação de alternativas e menos ainda para a fase de implementação. A etapa de definição de alternativas precede a elaboração de agendas (planos de ação), delimitando os pressupostos fundamentais e os fatores limitantes a partir dos quais os objetivos gerais do processo de desenvolvimento e os instrumentos necessários ao seu alcance serão discutidos, legitimados e colocados posteriormente em prática (VIEIRA, 1995).

Desta forma, na gênese da Cooperativa de Canto Grande ficou evidenciado que os produtores não participaram da definição de opções de gestão da unidade. A própria idéia de se criar uma cooperativa não foi compartilhada com unanimidade, ou não chegou a ser bem compreendida por uma parcela significativa dos produtores. Em consequência, o processo de implementação foi caracterizado pela baixa coesão social, compensada pela presença do setor governamental.

Trata-se, assim, de uma cooperativa tradicional, caracterizada pela influência estatal e por princípios pré-estabelecidos sob o enfoque de modernização das atividades produtivas (CEPAL, 1989; SCHMIDT *et al*, 2002).

8.3 Organização Interna

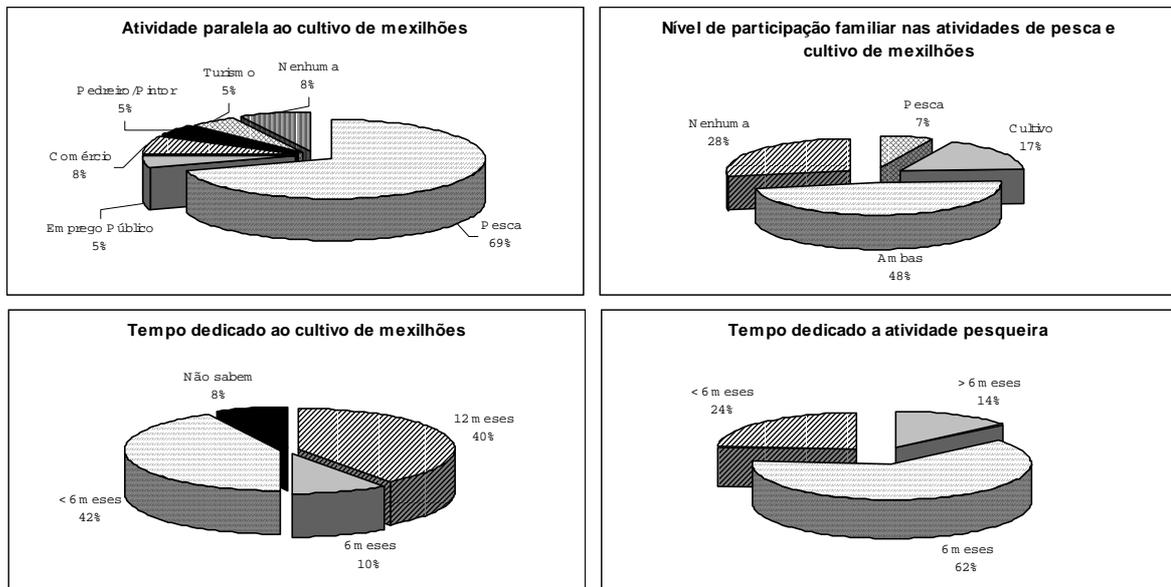
A Cooperativa de Maricultores de Canto Grande (COOPERMAC) foi estruturada da seguinte forma: um conselho de administração composto por 5 membros (presidente, vice-presidente, dois secretários e tesoureiro) com mandato de 2 anos, um conselho fiscal constituídos por 3 membros efetivos e 3 suplentes, todos cooperados eleitos anualmente pela assembléia geral, e por fim, o quadro social composto pelos cooperados-produtores e cooperados-beneficiadores, sendo o primeiro representado por homens e o segundo por mulheres. O estatuto foi elaborado pela Organização das Cooperativas de Santa Catarina (OSEC), à qual a COOPERMAC se filiou. A estrutura estatutária definida segue as normais legais definidas na Lei Nº 5.764 de 1971, que instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas e determina que para o produtor se cooperar torna-se indispensável que seja membro da associação e veta a compra de produto oriundo de indivíduos não cooperados. Desta forma, cabe à associação admitir ou não novos sócios, bem como gerir e ordenar, em parceria com a EPAGRI, os módulos de cultivo. Grande parte do material logístico viabilizado para a cooperativa, bem como o terreno, encontrava-se em nome da associação. Assim, à cooperativa cabia, exclusivamente, beneficiar e comercializar o produto, sendo que decisões de qualquer origem deveriam passar pelo aval da diretoria da associação, resultando numa baixa autonomia em processos de tomada de decisão e dificultando o desenvolvimento da cooperativa.

O sistema de compra e venda funcionava a partir da entrada dos produtores numa lista de espera. O produto era colhido, lavado, repassado em função do tamanho e entregue à cooperativa. A partir do

momento em que a cooperativa dispunha de apenas 3 canais de comercialização, não havendo nenhum contrato ou acordo que garantisse a regularidade nas vendas, o sistema de escalonamento gerava, para o produtor, um grande intervalo de tempo entre uma venda e outra e para a cooperativa, dificuldades em formar capital de giro. Soma-se a esta situação, a sazonalidade das vendas e a inexistência de um cronograma de produção/colheita; neste sentido, os produtores se referem a diminuição do preço e das vendas, após a criação da cooperativa.

Dos cooperados entrevistados 42% dedicam menos de 6 meses do ano ao cultivo, enquanto 40% dedicam o ano inteiro. De acordo com ROSA (1997), a dedicação integral ao cultivo era realizada por 86,4% dos produtores de Canto Grande, o que indica uma migração para outras atividades. Para 90% dos produtores, a atual renda oriunda do cultivo não é suficiente para manutenção da família. A principal atividade praticada, além do cultivo, é a pesca, na qual 62% dos produtores dedicam, aproximadamente, 6 meses do ano, sendo que o trabalho familiar está distribuído entre as atividades de pesca e cultivo para 48% dos cooperados entrevistados (FIGURA 5). A participação informal da família nas atividades laborais nos remete a uma lógica mais ampla e complexa da unidade produtiva, representada não pelo produtor e sim pela unidade doméstica de produção (LABALE, 1998). Assim, face à instabilidade das vendas, a unidade familiar de trabalho demonstra ser um sistema flexível que se autosustenta através do redirecionamento e diversificação de suas atividades de acordo com a situação vigente.

FIGURA 5: Divisão temporal do trabalho familiar em Canto Grande/Bombinhas/SC.



Com relação aos meios de produção, são individuais, não existindo participação coletiva para aquisição de insumos (EPAGRI 1997; ROSA,1997). O único instrumento de fiscalização diz respeito a contra-nota

do produtor, que indica a quantidade de produto na água e o que já foi vendido à cooperativa. Porém, este controle não era praticado, permitindo a venda do produto de forma direta a um comprador individual. Esta prática ilegal segundo o estatuto, ocorria em situações quando o produto estava pronto para ser colhido e a cooperativa não apresentava perspectivas de venda a curto e médio prazo, podendo acarretar a perda de uma safra inteira em função de condicionantes climatológicas e oceanográficas.

8.4 Quadro diretivo (conselho de administração e conselho fiscal)

Em três anos de funcionamento constatou-se a formação de 3 diretorias. Esta rotatividade alta, dificulta a continuidade de ações e dos programas (PERIUS, 1983). As diretorias foram compostas por pessoas com idade acima de 40 anos, e a capacitação destas encontrava-se aquém de um gerenciamento voltado (tanto para o mercado quanto para os sócios) com extremas dificuldades de cumprir adequadamente suas funções. Esta situação deveria leva-los, em princípio, à busca de apoio e assessoria externa (PERIUS, 1983). Isto não ocorreu em função de um temor em estabelecer parcerias além do seu entorno local, característicos de pequenas comunidades (CEPAL, 1985).

Uma análise das diretorias permitiu que se observasse que a primeira e a segunda foram caracterizadas por uma administração preocupada em não criar dívidas, sem projetos de ampliação e ao mesmo tempo evitando uma maior abertura. A terceira diretoria foi caracterizada por uma política de fomento às vendas, através da elaboração de projetos técnicos de ampliação na estrutura física, logística e tentativas de abertura sem obtenção de sucesso, pois visando adotar medidas rápidas e eficientes, excluía os cooperados do processo de tomada de decisão. Buscaram, assim, privilegiar a dimensão econômica, a fim de resolver seus problemas através do incremento nas vendas. Esta é a forma adotada por grande parte das cooperativas inseridas numa economia de mercado, conduzindo-a à práticas contraditórias, onde a acumulação de capital torna-se o fim, e não um meio (CARELLO, 1987; GUIMARÃES; 1986; SCHMIDT *et al*, 2002).

8.5 Assessoria Técnica

A cooperativa dispunha dos seguintes técnicos em campo: uma secretária cedida pela Prefeitura Municipal, uma contadora contratada pela cooperativa, um engenheiro de alimentos do SEBRAE e o serviço gratuito de extensão da EPAGRI. Durante um ano foi acessorada pelo Instituto de Desenvolvimento Tecnológico, Educacional e Associativo (IBRAES), que pretendia reorganizar a cooperativa visando incrementar a produção e conquistar mercados interestaduais. Havia uma resistência em aceitar técnicos, principalmente nas áreas de administração e gerência, pois:

“... se viesse gente de fora a cooperativa ia quebrar como na cooperativa de pesca, aí empacou.” Sr. Paulo (53 anos)

8.6 Quadro social

No quadro social, a rotatividade dos associados tem sido bastante restrita: em média, 2% por semestre. Foram realizadas atividades como reuniões, pequenos treinamentos e palestras a fim de instruir e capacitar os produtores nas áreas de organização comunitária, administração cooperativa, mercado e marketing entre outros temas relacionados à tecnologia de cultivo e culinária. Com relação, 65% dos produtores disseram ter recebido cursos para trabalharem na cooperativa (TABELA 2).

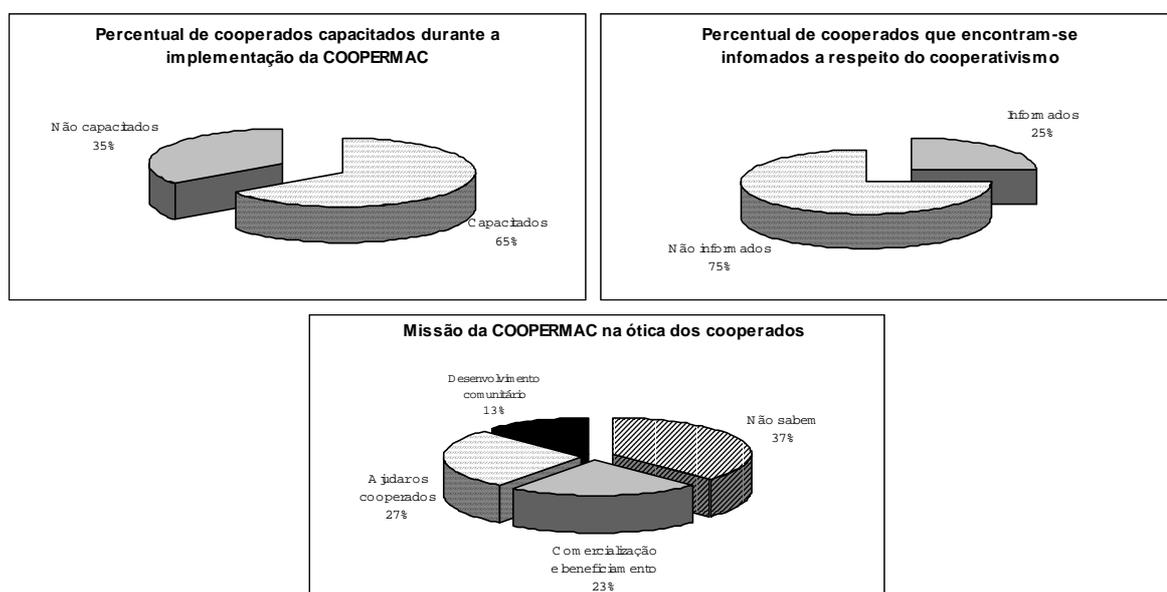
TABELA 2: Cursos de capacitação oferecidos aos produtores de Santa Catarina.

Ano	Curso	Nº Participantes
1998	Administração Cooperativa	10
1999	Organização de grupos	35
2000	Desenvolvimento pessoal e comunitário	20
2000	Gerenciamento da Cooperativa	25
2000	Mercado e Marketing	25

FONTE: EPAGRI (2001)

Em contrapartida, a missão da cooperativa parece não ter sido compreendida pelos cooperados, pois, 37,5% dos produtores a desconheciam e 27% acreditavam que sua missão era ajudar os associados; por outro lado apenas 36% demonstraram ter consciência do papel da cooperativa. A definição da missão de forma democrática, clara e compreensível condiciona a possibilidade de ação coletiva em busca do que pretendem lograr (FAO, 1972). Durante os 2 anos de funcionamento 75% dos produtores alegaram não receberem informações contínuas sobre cooperativismo (FIGURA 6).

FIGURA 6: Grau de informação dos produtores a respeito do cooperativismo e técnicas de cultivo.



O desconhecimento da missão da cooperativa e a noção de que ela existe para ajudar os produtores explica, em parte, a dificuldade para que cresça e se desenvolva, demonstrando que uma parcela dos cooperados ainda não internalizaram a concepção do cooperativismo. A EPAGRI mantém extensionistas em campo, apoiando, tecnicamente, os produtores nas áreas de cultivo e beneficiamento; por outro lado, as ações destinadas à informação e formação cooperativista parecem ter sido pontuais e desarticuladas, não empregando métodos pedagógicos eficientes na potencialização dos recursos humanos.

Até o momento do estudo inexistia na cooperativa ações e programas com fins educacionais, sociais e culturais sendo estas consideradas de pouca importância pelo quadro diretivo e desconhecidas pelo quadro social como direito estatutário, como consequência o grau de conhecimento sobre outras iniciativas cooperativas no estado era baixo.

8.7 Relação dirigentes-sócios-técnicos

Na relação entre dirigentes e técnicos, a gama de situações é muito ampla. Na cooperativa de Canto Grande observamos que as decisões cabiam à diretoria sem maiores intervenções dos técnicos. Havia uma nítida preocupação de não se subordinarem, insistindo em manter a tomada de decisão autônoma como forma de reação contra decisões “externas”. Para superar a resistência e “autoconfiança” local fazendo-os compreender o papel potencial dos que vêm de fora é necessário resgatar a história local e regional, reavaliando o relacionamento dos agentes externos com a população local (FAO, 1972; SACHS 1986; DIEGUES, 1995).

As relações entre diretoria e sócios são tidas como boas para 51% dos produtores, uma vez que absorve mão de obra local, principalmente, na baixa temporada turística. As relações tendem de regulares a más por 45% dos produtores em função da dificuldade em comercializar o mexilhão e pela falta de união. Durante a gestão da terceira diretoria, as relações pioraram em função das políticas adotadas, pois, acreditavam que a cooperativa não possuía condições de assumir a comercialização em grande escala.

*“ Devemos organizar a área administrativa, estruturar a cooperativa para habilitá-la de igualdade de condição de mercado, centralizarmos a produção para podermos projetá-la até em nível mundial”
Presidente COOPERMAC.*

“ Enquanto vender todo mês pouquinho, tá bom; se pensar pequeno agente funciona, se pensar grande a coisa desanda. Igual foi na COOPERBELO” Cooperado-produtor.

Supõe-se que a resistência a processos de abertura deva-se à insegurança para lidar com questões administrativas e comerciais, e ao temor de que agentes externos os enganem. LAGO (1968) refere-se à

falta de espírito empreendedor como sendo resultado da submissão típica do sistema de exploração do pescador artesanal catarinense, sendo que pouco se avançou neste sentido (TEIXEIRA & TEIXEIRA, 1986).

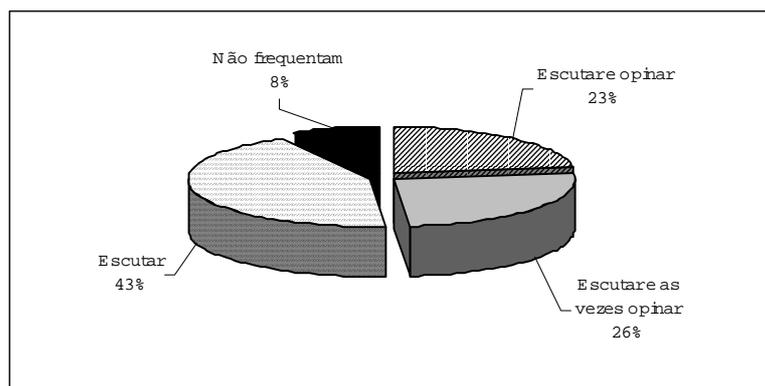
A tendência no sentido de uma lógica centrada no mercado resulta da incapacidade que o sistema cooperativo tem demonstrado para se viabilizar financeiramente (crise administrativa), motivada por críticas ao cooperativismo rochdaleano utópico (PINHO, 1982). Mais recentemente surge a necessidade de se rever os verdadeiros propósitos da cooperativa, buscando definir um papel claro e preciso, como classe diferente de empresa (crise ideológica) (CEPAL, 1985).

O choque de racionalidades, constatadas nos depoimentos acima aponta para a necessidade de se definir uma orientação para a Cooperativa de Canto Grande, a partir das aspirações locais (CEPAL, 1989; VEIGA & FONSECA; 2001). Desta forma, ela pode buscar soluções para a organização social local ou realizações humanas materiais.

8.8 Participação

A participação está presente como um mecanismo individual e coletivo imprescindível que justifica a existência do cooperativismo como alternativa de organização sócio-institucional (LANZETTI, 1987), liberando fontes latentes de iniciativas e capacidades de empreendimentos e gerando processos de construção de cidadania (SACHS, 1986; ARRUDA, 1996, ZAPATA, 2000). Na cooperativa de Canto Grande o nível de participação dos produtores nas reuniões e assembléias alcança em média 40%, não havendo mecanismos de estímulo ao seu engajamento em atividades comunitárias. Como visto anteriormente, a falta de objetivos coletivos e de compreensão da missão da cooperativa parece estimular a passividade dos cooperados, prevalecendo uma visão de que ela pertence à diretoria e esta deve conduzir as atividades. Na FIGURA 7 observamos que 69% dos cooperados vão à assembléia “*escutar, ficar quieto e as vezes falar*”.

FIGURA 7: Comportamento e motivo da participação dos cooperados nas assembléias da COOPERMAC.



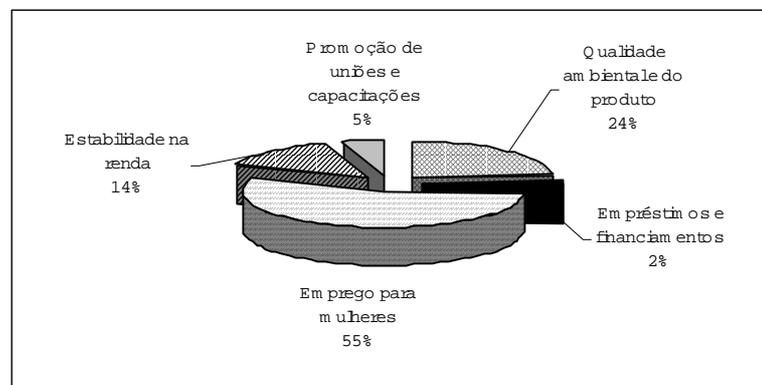
O sentimento de inferioridade, devido ao baixo prestígio social, fariam com que não comparecessem às reuniões ou não participassem ativamente na busca de soluções (MORAES, 1994), não se sentindo parte da cooperativa em função da forma como foi constituída (LANZETTI, 1987). Para a cooperativa de Canto Grande não há ainda um objetivo coletivo que estimule a ação para uma realização.

“Eu como produtor não meto o bico, só se fosse da diretoria eu falava.” Sr. José João, 42 anos.

8.9 Benefícios da cooperativa

Dentre os avanços que a cooperativa trouxe para a comunidade foi destacada a geração de emprego para as mulheres por 55% dos entrevistados. Essa nova configuração da posição assumida pela mulher significa um avanço nas relações de gênero, rompendo o padrão geral de divisão sexual do trabalho nas comunidades pesqueiras (MANESCHY, 1995). A qualidade das praias, do ar e do mexilhão beneficiado é levantado por 24% dos produtores como outro grande benefício proporcionado pela cooperativa, reconhecendo e valorizando esta melhoria na qualidade de vida local, bem como a harmonização com outras atividades, principalmente o turismo (FIGURA 8).

FIGURA 8: Benefícios gerados pela COOPERMAC para comunidade, na ótica dos cooperados.



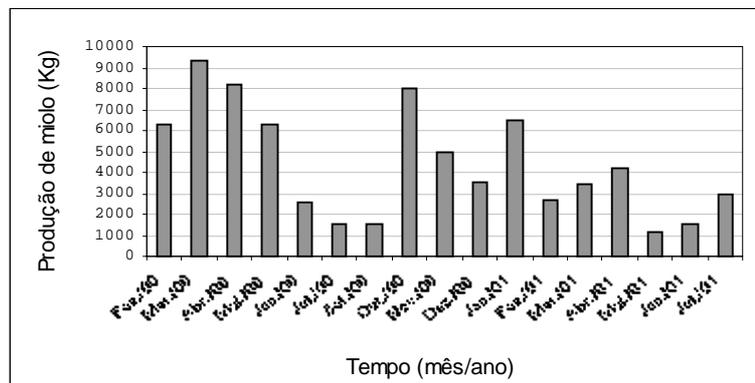
8.10 Aspectos econômicos

A eficiência econômico-financeira de uma cooperativa está atrelada à sua capacidade de prestar os serviços necessários e solicitados pelo conjunto do quadro social (OLIVEIRA-JÚNIOR, 1996). É neste ponto que reside a principal contradição do comportamento organizacional das cooperativas, pois, a adoção de um princípio de racionalidade baseado na rentabilidade e produtividade micro-empresarial descaracteriza o que deveria ser uma organização de caráter cooperativo. A prática de uma ação mercadológica no sentido de beneficiar o cooperado envolve, necessariamente, conscientização política e

econômica, disseminação de informações para processos de tomada de decisão e organização social (LENZI, 1987).

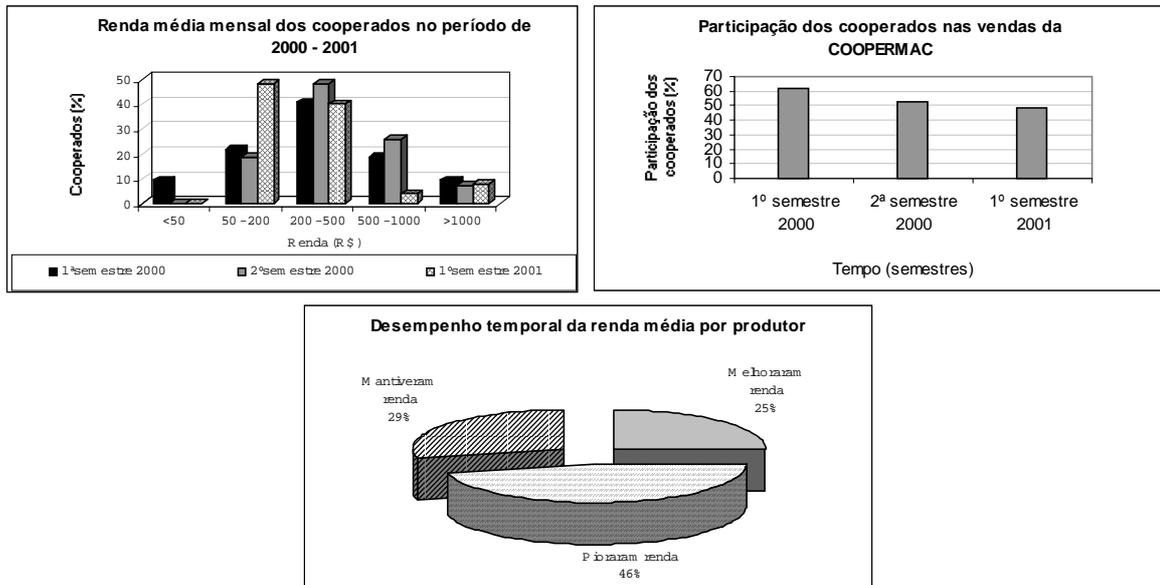
A figura 9 apresenta o volume de “miolo” de mexilhão vendido durante o ano 2000 e o primeiro semestre de 2001. Houve um decréscimo nas sobras líquidas do primeiro para o segundo semestre de 2000, de 62,32% (2,7 vezes) e, do segundo semestre de 2000 para o primeiro semestre de 2001, de 12% (1,13 vezes). Esta situação demonstra a dificuldade de se comercializar o mexilhão, em função da pouca experiência de seus membros e a existência de um mercado paralelo, dificultando estabelecer um preço de custo (José Souza Filho, com. pess., 2001). Mesmo havendo um mercado em potencial, este ainda é caracterizado pela informalidade (PROENÇA, 2001b) e as relações a respeito do mercado, aparentemente, vêm reproduzindo o mesmo modelo da pesca artesanal. Como exemplo verificamos que para o ano de 2000 apenas 22% de toda produção do município de Bombinhas foi beneficiado pela cooperativa, sendo o restante pulverizado em uma complexa rede de comercialização informal.

FIGURA 9: Quantidade em quilogramas de miolo de mexilhão vendido entre os meses de fevereiro de 2000 e julho de 2001.



O preço pago ao produtor é 29% inferior em relação ao preço médio do mercado. Quanto ao rendimento médio mensal do produtor, entre o ano de 2000 e o primeiro semestre de 2001, verifica-se que a maior parte dos produtores obtiveram rendas entre 200 ~ 500 reais por mês. Durante o segundo semestre de 2000 houve um incremento em 1,37 e 1,18 vezes de produtores que obtiveram rendas médias entre 500 ~ 1000 e 200 ~ 500 reais respectivamente, sendo que para o primeiro semestre de 2001 houve uma queda de 6,47 vezes no número de produtores que obtiveram rendas entre 500 ~ 1000 reais, passando a obter rendas médias entre 50 ~ 200 reais. Quanto ao número de produtores que ganhavam acima de 1000 reais houve uma constância ao longo do período analisado. De uma forma geral, a renda média decaiu para 46% dos produtores havendo também uma queda em 23% na participação das vendas (FIGURA 10).

FIGURA 10: Desempenho econômico alcançado pelos produtores cooperados, por meio da renda média e participação nas vendas no 1º e 2º semestre/00 e 1º semestre/01.



A participação dos cooperados, sua solidez é o fator mais relevante para uma efetiva eficiência empresarial cooperativa (JÚNIOR-OLIVEIRA, 1996). Por conseguinte, o pouco entusiasmo com a cooperativa, associado à situação econômica, parece gerar um processo de exclusão do pequeno produtor (SCHMIDT *et al*, 2002), como pôde ser observado através da diminuição nas vendas, na participação do produtor, na renda média geral, e na permanência do número de produtores com médias superiores a 1000 reais.

A superação desta situação passa, necessariamente, pela busca de articulação com o meio externo, seja mercado, governo ou setor produtivo (SCHMIDT *et al*, 2002). Portanto, o localismo parece ser sua maior fraqueza, sendo necessário, mais uma vez, definir sua orientação em termos do papel da cooperativa na comunidade (CEPAL, 1985). A solução dos problemas relacionados à venda e escoamento do produto não se restringia somente a questões internas. O fato das outras três unidades, previstas no programa PED, ainda não terem sido finalizadas ou não se encontrarem em operação, aumentava a informalidade da comercialização, gerando uma oferta do produto a preços abaixo dos praticados pela cooperativa.

Importa sublinhar que, mesmo com a queda nas vendas e na renda média, o maricultor de Canto Grande apresentava na época um rendimento similar ou superior à média da renda do cidadão brasileiro, tendo como base o salário mínimo, destacando a importância da atividade de maricultura na geração de renda. Se incluirmos as rendas obtidas por outras atividades praticadas pela unidade produtiva, a família, acredita-se que obtêm uma renda suficiente para viver dignamente.

Porém, a cooperativa não dispunha de meios para criação de fundos e reservas, tornando-se dependente de intervenções que poderiam viabilizá-la financeiramente (SEIBEL, 1994). Esta situação mantém o produtor passivo no enfrentamento de questões que exigem um enfoque participativo, pois, esse é o papel da cooperativa (RECH, 2000). Algumas propostas foram apresentadas à cooperativa no intuito de solucionar o problema da comercialização do produto. Porém, tratava-se de um retrocesso no processo de formação de cooperativas aquiindustriais autônomas no Estado de Santa Catarina. Outras formas de assistência buscaram, sem sucesso, solucionar os problemas econômicos e financeiros como ponto de partida na promoção do desenvolvimento social.

8.11 Aspectos técnicos

A área de cultivo em Canto Grande é de aproximadamente 5.000Km² sendo que a média das unidades de cultivo gira em torno de 1 a 2 Km² (OSESC, 2001), em profundidades acima dos 4 metros. Os sistemas de cultivo são instalados com sistema long-line ou espinhél, fixados com poitas e bombonas. Cada long-line suporta cerca de 200 pencas com até 20Kg de mexilhão com casca. As sementes são obtidas através do extrativismo em ambientes de costão rochoso ou empregando coletores, atingindo tamanho comercial com 6 a 12 meses de cultivo. O manejo é realizado em uma balsa flutuante que dispõe de um debulhador, separando o mexilhão da penca, e uma peneira, classificando o mexilhão por classe de tamanho.

A Cooperativa de Canto Grande possui uma estrutura para beneficiar e armazenar 800 kg de mexilhão resfriado por dia, sendo que a validade do produto é de 7 dias. Esta condição limita estabelecer um cronograma de vendas contínuo, principalmente para atender mercados interestaduais exigindo um esquema de distribuição extremamente ágil (José Abílio, *com.pss.*, 2001). A saída estaria na aquisição de uma câmara frigorífica, estocando o produto e diminuindo sua perecibilidade, exigindo investimentos e técnicos qualificados (Francisco Neto, *com. pss.*, 2001).

8.12 Assistência Prestada ao associado

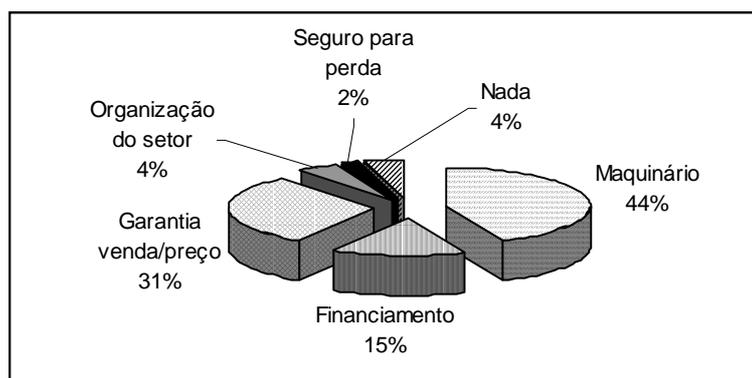
Segundo a diretoria da cooperativa, a única assistência prestada ao associado é o fornecimento de gelo aos produtores. Uma vez que a cooperativa é vista apenas como meio de comercializar o produto, não existe uma consciência coletiva de que esta poderia tornar-se um veículo para o desenvolvimento comunitário (TESCH, 2001).

8.13 Necessidades

Sob o prisma de eficiência econômica da cooperativa, seria necessário dispor, basicamente, de um cronograma de vendas, o que, necessariamente, exigiria uma relação contratual com mercados em potencial, estabelecendo o preço do produto e formulando políticas no contexto socioeconômico mais amplo para garantir as condições de preço e de mercado (Paulo Von do Konal, *com pss.*, 2001; José Souza Filho, *com. pss.*, 2001; José Abílio, *com. pss.*, 2001). Segundo os cooperados, a mecanização no processo de manejo do cultivo (43,5%) e a garantia de venda/bom preço (30,4%) seriam as principais necessidades (FIGURA 11). Estas medidas e necessidades são importantes na resolução dos problemas que afligem a cooperativa, a curto e médio prazo.

Porém, de posse dos resultados apresentados e, de acordo com a bibliografia selecionada, apontamos como principal necessidade a formação de capital social. Não nos referimos à integralização de quotas-parte, e sim do fomento a um processo de construção a partir da base, com informação, conhecimento, legitimidade, redes institucionais de articulação, exercício do protagonismo, cultura de cooperação e de empreendedorismo (SACHS, 1986; ZAPATA, 2000). Como resultado a cooperação se tornaria espontânea e endógena, caracterizando a organização pela autonomia e pelo exercício da cidadania (SCHMIDT *et al*, 2002).

FIGURA 11: Principais necessidades, apontadas pelos cooperados, para melhor desenvolvimento da atividade de mitilicultura em Canto Grande/Bombinhas/SC.



8.14 Análise em Diferentes Níveis

8.14.1 Nível Macro:

Cabe ao Departamento de Pesca e Aqüicultura (DPA) do Ministério da Agricultura formular as políticas de fomento ao setor da pesca e aqüicultura. A estrutura política do DPA tem como finalidade reduzir os déficits da balança comercial de pescados, aumentando as exportações e diminuindo as importações, sendo o cultivo de moluscos, com ênfase para o mexilhão de Santa Catarina, um importante *commoditie* (DPA/MA, 1999). Neste sentido, foram definidas as seguintes ações para o cultivo de moluscos: adequar a legislação vigente para as necessidades do setor; ordenar a ocupação em águas públicas e áreas de Domínio da União; identificar e selecionar áreas apropriadas para o desenvolvimento da maricultura comercial; disponibilizar tecnologias eficazes para os diversos segmentos da cadeia, principalmente a da produção; diagnosticar empresas âncoras que aportem nas cadeias tecnologias e estratégias validadas no mercado; atrair investimentos e empresas estrangeiras para se integrarem ao desenvolvimento da atividade no País; estimular o comércio internacional dos produtos; capacitar recursos humanos; e criar meios de divulgação de informações estratégicas para o setor(DPA/MA, 1999).

Desta forma, a política federal do setor da aqüicultura, em geral, e da mitilicultura em específico, se ajusta ao modelo de desenvolvimento em implantação no Brasil, configurando uma típica Política de Ajuste Estrutural, onde o elemento fundamental é a mobilização de recursos para promover a produção de bens e serviços comercializáveis no mercado internacional (SOROS, 1998).

No que diz respeito às políticas de fomento ao cooperativismo para o setor da mitilicultura, estas surgem após a transformação do “Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento do Cultivo de Moluscos” do Ministério da Agricultura para o “Projeto Plataforma do Agronegócio do Cultivo de Moluscos Bivalves” do Governo Federal em 2001, definindo o auxílio à organização dos produtores em Associações e Cooperativas como uma ação estratégica (PROENÇA, 2001a).

Em nível estadual, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) detêm autonomia para definir prioridades e planos de desenvolvimento para o setor (VIEIRA, 1995). As ações desenvolvidas dizem respeito à cursos e programas de capacitação envolvendo toda cadeia produtiva, desde insumos básicos passando pela produção e escoamento/comercialização do produto (Francisco Neto., *com. pss*, 2001). Porém, ainda não há uma legislação específica para a atividade no Estado de Santa Catarina (RAUD *apud* VIEIRA, 1995), estando em fase de elaborado a Lei Aquícola do estado (BOLL, *com. pss.*, 2001).

As políticas de fomento ao setor cooperativista são formuladas e postas em prática pela Organização das Cooperativas de Santa Catarina (OSESC), subsidiária da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

8.14.2 Nível Meso

Foram identificadas e contatadas 9 instituições diretamente envolvidas nos setores da maricultura e cooperativismo em níveis federal (2), estadual (6) e municipal (2), sendo 6 governamentais e 3 não governamentais⁴. As relações interinstitucionais foram consideradas desarticuladas com baixo grau de parcerias firmadas na definição de ações e programas integrados à questão do cooperativismo no setor da mitilicultura catarinense. Não obstante, a necessidade de esforços redobrados na constituição de parcerias é tido como uma dos grandes desafios para a implementação de novos projetos (GRUMANN & POLI, 1999). Uma parceria exige visão de futuro compartilhado, objetivos comuns e interesses claramente definidos para, posteriormente, elaborar agendas sólidas e duradouras (ZAPATA 2000).

Neste sentido, citamos como exemplo as tentativas de se implementar um sistema estadual de comercialização solidária do mexilhão através de arranjos cooperativos, paralelo à ações de centralização administrativa das unidades de beneficiamento com fins de garantir o processo de vendas.

Como instituição, a coopertiva não participava de processos de tomada de decisão, restringido sua atuação a nível local, e portanto, carecia de uma política de abertura e integração institucional. Como resultado geral, os programas de assistência nas áreas de capacitação e formação cooperativista, sensibilização e, conseqüentemente, os direcionados às áreas econômicas e financeira, se caracterizaram por serem unilaterais e com uma baixa eficiência na resolução concreta dos problemas estruturais da cooperativa.

Deste modo, torna-se conveniente realizar uma avaliação dos processos de capacitação e extensão, buscando contextualizá-lo como um processo de educação (SILVEIRA, *et al*, 1997). Deve-se operar mais na produção de conhecimentos, a partir da troca de saberes e experiências do que com idéias externas (teorias, experiências, projetos, objetivos de programa) às comunidades para sua internalização (GONI *et al*, 1998). Destacamos esse ponto pela história local para com a prática cooperativista e pelas especificidades culturais de comunidades pesqueiras (DIEGUES, 1995), apontando para a necessidade de se pensar um pouco mais na unidade produtiva.

⁴ 1) Departamento de pesca e aquíicultura (DPA); 2) Instituto de Desenvolvimento Tecnológico, Educacional e Associativo (IBRAES); 3) Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI); 4) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas catarinense (SEBRAE/SC); 5) IBAMA; 6) Organização das Cooperativas de Santa Catarina (OSESC); 7) Associação de Aquíicultura Catarinense (ACAq); 8) Federação de Maricultura de Santa Catarina (FAMASC); 9) Prefeitura Municipal de Bombinhas.

8.14.3 Nível Micro

Após uma análise sucinta das políticas públicas e de como as instituições vêm atuando na promoção do desenvolvimento do cooperativismo no setor da mitilicultura, buscaremos compreender algumas práticas adotadas pelos produtores-cooperados, sistematizando-as em três dimensões (social, econômica e ambiental).

a) Social

A ação cooperativista busca, através de práticas mercadológicas, o desenvolvimento sustentável de suas comunidades através de políticas aprovadas por seus membros (*Sétimo Princípio do Cooperativismo*). Para tanto, é primordial que a cooperativa seja algo adotada pela comunidade e não imposta ou recomendada, deste modo a participação se torna endógena, consciente, coletiva e cidadã. (GUIMARÃES, 1986; TAMAMES, 1987; ARRUDA, 1996).

ROSA (1997) cita a resistência local para com a idéia de formação de uma cooperativa em função de causas anteriores mal sucedidas, e tal resistência se manifestou no momento de constituição da cooperativa. Portanto, presumimos que a constituição da cooperativa pode ser considerada uma coação à comunidade, uma vez que não estavam receptivos e aptos à prática formal de cooperação. Isto explicaria a baixa participação por parte dos membros e, conseqüentemente, a inexistência de programas e ações sociais na comunidade.

b) Econômica

A tendência no sentido de práticas econômicas focadas para obtenção de resultados financeiros imediatos é tido como um dilema e ao mesmo tempo um desafio à prática cooperativista (PINHO, 1982; CEPAL, 1989). Torna-se um dilema em função da incompatibilidade com os princípios e valores que sustentam o movimento e um desafio, no sentido de conquistar este espaço mantendo sua identidade (CARELLO, 1987; TAMAMES, 1987; BOETTCHER, 1984). Assim, surgem duas linhas de ação cooperativista: a primeira vinculada aos setores mais rentáveis da economia, tendendo cada vez mais a empresas capitalista e, a segunda, direcionada à estruturas de menor porte, relacionadas com os setores médio baixos e baixos (CEPAL, 1989).

O rendimento econômico alcançado pela Cooperativa de Canto Grande pode ser explicado pela capacidade de gestão, pelo sistema e pelas relações comerciais. Desta forma evita adotar medidas de crescimento e expansão de qualquer natureza, com uma maior preocupação em não criar dívidas do que obter grandes margens de lucro. Mesmo não indicando a tendência por ações mercantilizadas, a

cooperativa é fortemente coagida pelo mercado que reproduz o mesmo modelo de comercialização da pesca artesanal. É aqui, que o papel das instituições articuladas se faz sentir, no sentido de estabelecerem condições para um cenário econômico que rompa com o caráter de exploração fortemente presente no setor pesqueiro (FAO, 1972). Enfatiza-se, novamente, a necessidade de definir um papel claro e preciso para a cooperativa, baseado em características socioculturais, que busquem construir uma nova forma de se praticar a economia (CEPAL, 1985; CEPAL, 1989; CARELLO, 1987, TAMAMES, 1987).

c) Ambiental

Na bibliografia especializada em cooperativismo, a dimensão ambiental costuma ocupar espaço restrito. A instalação da unidade de beneficiamento propiciou melhoras significativas na qualidade ambiental local, reduzindo a poluição das praias e do ar, além de oferecer segurança no trabalho. Essa nova situação amenizou conflitos relacionados ao uso de áreas comunais, sendo reconhecida e valorizada pela comunidade.

A prática de uma atividade de cultivo aliada aos esforços de extensionistas tem modificado, de forma positiva, a maneira como a comunidade percebe a questão ambiental demonstrando um significativo avanço (GRUMANN & POLI, 1999; VINATEA, 2000). Em contrapartida, as formas de obtenção de sementes ainda constituem uma agressão ao ambientes de costão, havendo pouca adesão por parte dos produtores no emprego de coletores artificiais. Em Canto Grande 70% dos produtores obtinham as sementes do estoque natural (ROSA, 1997), dados estes que pouco mudaram após a construção da unidade.

Pelo exposto, fica claro que a Cooperativa de Maricultores de Canto Grande não demonstra estar habilitada para exercer as atividades que lhe foram incumbidas. As respostas para o despreparo dos produtores não devem restringir-se ao pescador visto como individualista, arremido e ingrato, ou tão pouco à características culturais. Pesquisas com abordagem em sócio-antropologia demonstram que as comunidades de pesca são caracterizadas por laços de solidariedade e trabalho coletivo, relativizando a figura do pescador, amplamente adjetivado de individualista, em função da história local e regional, marcada por intervenções que o condicionam à extremar seus traços culturais (DIEGUES, 1983; DIEGUES, 1995; TEIXEIRA & TEIRXEIRA, 1986; LEITÃO, 1996; DUARTE, 1999). Sendo a cultura do individualismo uma realidade na atual sociedade, não se pode alegar que este problema seja específico de determinadas sociedades, levando-nos a presumir que o pescador problematiza o contexto no qual se encontra inserido (LENTI, 1987; LABALE, 1998).

8.15 Avaliação da Cooperativa de Canto Grande do ponto de vista do ecodesenvolvimento

A seguir, comentaremos as condições necessárias para que a Cooperativa de Canto Grande possa efetivar-se como expressão de um enfoque alternativo de maricultura, orientada pelos princípios do ecodesenvolvimento (SACHS, 1986; SACHS, 1993; VIEIRA, 1995; VIEIRA & CUNHA, 2002).

Em primeiro lugar, seria necessário de aprofundar e integrar estudos relacionados à cultura da comunidade e especialmente ao conhecimento ecológico local. Trata-se de levar em conta as percepções da comunidade sobre a diversidade e a potencialidade da base de recursos disponíveis para diversos fins, identificando de forma sistemática as ecotécnicas disponíveis para a produção de alimentos em diferentes ecossistemas.

Trabalhos com perfil etnoecológico são escassos e ainda pouco valorizados. Em função da história e das tradições locais, a pesca têm sido a principal atividade na região. Com relação aos ambientes e recursos marinhos, em função da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, estudos e pesquisas direcionadas às Ciências Ambientais foram conduzidas sob o enfoque conservadorismo/preservacionista, sem incluírem variáveis sociais e culturais regionais (MARCHIORO, 1998; WAHRLICH, 1999). Destaca-se a potencialidade local para atividade de pesca artesanal, que mesmo apresentando quedas nas taxas de exploração, produziu no ano de 1997 aproximadamente 275 toneladas de camarão, peixes ósseos e cartilagenosos (CEPSUL/MMA, 1999). O levantamento sistemático e participativo das potencialidades produtivas locais permite, através da diversificação, reduzir os impactos negativos sobre os ecossistemas (SACHS, 1986).

Portanto, seria desejável que a Cooperativa de Canto Grande, como forma de organização de atividades produtivas, principalmente relacionadas a recursos marinhos, fosse integrada à prática da pesca e à outras a serem diagnosticadas, aproveitando as complementaridades locais.

A segunda condição consiste no envolvimento dos cidadãos no planejamento participativo local de estratégias de desenvolvimento integrado, retomando ao conceito de estratégias como uma etapa que precede à elaboração de agendas (VIEIRA, 1995). O fomento a processos participativos têm hoje na capacitação um dos desafios centrais. Entende-se por capacitação um processo educativo e formativo de troca e produção de conhecimentos, voltado para o trabalho e para a prática social cidadã (SILVEIRA, *et al* 1997; GONI, *et al* 1998).

Neste sentido, o atual sistema de extensão e capacitação deve se orientar no sentido de construção de uma práxis cooperativista (GUIMARÃES, 1986; ARRUDA, 1996). Um esforço considerável deve ser empregado buscando delimitar os espaços de manobra, revertendo o quadro de isolamento da

comunidade, superando o localismo com consciência e autonomia. O trabalho educativo deveria estender-se à unidade produtiva familiar e não apenas ao produtor-cooperado. Implica, assim, em uma reavaliação do relacionamento dos agentes externos com a comunidade local, praticando um diálogo mútuo educativo, ressaltando que este processo se desenvolve lentamente e requer paciência.

Por fim, a terceira condição diz respeito ao domínio institucional. Os pré-requisitos necessários à uma desejável atuação interinstitucional são: poder de decisão horizontal, participação real da comunidade na preparação de estratégias, um sistema educacional inovador e sistemas de integração entre áreas na economia nacional, evitando que os produtores primários sejam explorados por uma cadeia de intermediários. Esta talvez seja a condição mais difícil de se preencher. O planejamento como resultado de processos de tomada de decisão consensuais, participativos e integrados, onde as instituições se tornam cúmplices na execução de ações e programas.

Sobre esta condição, e diante da situação da Cooperativa de Canto Grande, achamos pertinente fazermos a seguinte pergunta: Que tipo de cooperativismo deve ser fomentado no setor da maricultura? A resposta deve considerar a história da categoria e suas contradições; o resgate e valorização das culturas de comunidades pesqueiras; os limites e potencialidades sociais, econômicas e ambientais de cada localidade; a participação local na identificação de necessidades e decisão sobre as compensações entre usos alternativos de recursos e entre as distribuições de ganhos. Desta forma, chegaremos a modelos cooperativos mutáveis, que se adaptem às comunidades e por elas sejam geridas.

9 Conclusões e Recomendações

O passado histórico da comunidade de Canto Grande e suas características culturais afetam a receptividade às intervenções de desenvolvimento, traduzindo numa menor flexibilidade frente a novos estímulos e iniciativas. Estas condições devem ser consideradas na implementação de “novos” sistemas de organização comunitária, e na idéia de que o pescador/maricultor não deva ser orientado sob a impulsão de uma luta contra elementos que participam da atividade, mas sim a luta ser dirigida contra suas próprias limitações, através do resgate de identidade e valores.

A Cooperativa parece ter sido implementada com a principal intenção de pleitear novos mercados para exportar a novos centros consumidores. Por outro lado, a comunidade parece não estar preparada e/ou disposta à adotar estratégias comerciais mais agressivas. Contudo, pelo histórico da comunidade pesqueira de Canto Grande, e pelo cenário constatado em campo, nos parece que a cooperativa poderia se tornar mais do que um instrumento de comercialização, convertendo-se num exercício prático à novas estratégias organizacionais comunitária, potencializando suas vocações.

Essa mudança de perspectiva nos remete a considerar os componentes de um processo de desenvolvimento, que seriam velocidade e direção. Neste sentido, se faria necessário adequar a visão produtivista da maricultura com as expectativas, com a capacidade e conhecimento das comunidades onde se pretende fomentar estruturas cooperativas.

De uma forma geral, cooperativa não se consolidou na comunidade, porém existem manifestações saudáveis em prol da cooperativa, que devem ser motivadas para não se juntarem, num futuro próximo, ao grupo dos “*desacreditados*”. Não obstante, trouxe benefícios à comunidade, com destaque à geração de emprego para as mulheres e à melhoria da qualidade ambiental.

O crescimento na produção de mexilhões saturou o mercado, fazendo com os preços caíssem. Esta situação, aliada a sazonalidade na oferta do produto e a dificuldades de gestão da cooperativa, fez com que o maricultor voltasse a se dedicar à pesca, principalmente em períodos de inverno, coincidindo com a entre-safra do mexilhão. Esta alternância por atividades produtivas demonstra a importância da unidade doméstica de produção.

A integração entre as atividades de pesca e maricultura, no processo de beneficiamento e comercialização, poderia ser melhor avaliada, não somente em função de diversificar a produção, mas como um meio de ordenar espacialmente as atividades, valorizando o trabalho e cultura local.

Os indicadores de participação e informação mostram falta de clareza e lucidez coletiva para com o papel da cooperativa. Assim, as intervenções não vêm surtindo efeitos significativos, pelo contrário, vem alimentado a inércia e a passividade dos produtores na resolução de seus problemas. Além da necessidade da eficiência econômica, imprescindível para manutenção do sistema é desejável construir um cooperativismo com identidade, através da capacitação comunitária, via programas articulados e contínuos. Os programas de capacitação devem considerar o contexto cultural e as expectativas dos participantes, adotando processos de aprendizagem social, que evitem o tradicional esquema “*professor-aluno*”. Essas não são tarefas fáceis. Todavia, alguns projetos demonstrativos oferecem um horizonte otimista sobre esta abordagem, como exemplo citamos o Programa ProRenda/GTZ/Fundação Joaquim Nabuco em Pernambuco e IBAMA-CNPT/Conservation International no sul da Bahia.

Na dimensão econômica, a situação pode ser considerada de regular a ruim. O localismo é tido como o principal motivo para as dificuldades de comercialização, e sua superação passa por uma reavaliação de estratégias de ação comunitária. Neste sentido, é importante considerar que costumes, tradições e normas legitimam e institucionalizam ações que tem um sentido, uma lógica interna. Contudo, normas e regras pré-estabelecidas parecem não se sintonizar com a racionalidade local, aguçando o espírito de defesa..

Este pensamento nos remete a pressupor que, para Canto Grande, a cooperativa deva ser inserida num contexto que já existe, buscando definir, de forma mais precisa, a orientação e o papel que deve tomar.

Frente às dificuldades de comercialização, é necessário construir um ambiente de mercado que integre a racionalidade econômica cooperativa, por meio de articulações interinstitucionais como forma de promover e garantir a prática cooperativa autogestionária. Neste sentido, torna-se necessário definir uma política comum ao setor, sendo interessante um papel mais efetivo do Departamento de Cooperativismo e Associativismo –DENACOOOP/SARC, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OSESC, e do SEBRAE/SC.

Pelo apresentado, seria necessário alguns redirecionamentos para que a cooperativa possa se tornar uma estratégia de processos de codesenvolvimento da maricultura; destacando o acesso à processos decisórios, à participação comunitária, à autonomia e maior capacidade e conhecimento para aspectos sociais/participativos e produtivos/econômicos. Deste modo, não bastaria analisar o que tem ou não, e sim o que podem fazer ou não.

Por fim, o crescimento da maricultura deve ser encarado com otimismo, mas também com cautela. Com otimismo porque pode se tornar uma tecnologia alternativa à crise social e ambiental de zonas costeiras, atuando como dinamizadora da economia local e regional de comunidades pesqueiras. Com cautela, pois é nos momentos de expansão que os problemas começam a surgir com maior intensidade e frequência, e sua resolução passa a ser determinante para a sustentabilidade da atividade, considerando que a sustentabilidade ocorrerá pelo uso e exploração da diversidade em todas suas facetas.

10. Referências Bibliográficas

- ACARPA/EMATER. **Análise social e econômica da empresa cooperativa através de inter-relações**. Curitiba, 1984. p. 37-43.
- ARRUDA, M. **Globalização e Sociedade Civil: Repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa**. PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. Rio de Janeiro. 1996. 15 p.
- ASSAD, L. T, & BURSZTYN, M. **Aquicultura no Brasil: bases para um desenvolvimento sustentável**. CNPQ/Ministério da Ciência e Tecnologia. Brasília, 2000. p. 33-73.
- BECK, A. **Lavradores e pescadores: um estudo sobre trabalho familiar e trabalho acessório**. Florianópolis: UFSC, v. 1, 1979. (monografia titulação).
- BECK, A. Comunidades pesqueiras e expansão capitalista. In: B.S. Ledo (org.) **O mar e seus recursos**. Florianópolis: Editora da UFSC. 1983. p 53-66.
- BOETTCHER, E. **Las cooperativas en una economia de mercado**. Buenos Aires: Intercoop. 1984. 179 p.
- CARELLO, L. A. Empresarialismo cooperativo: El cambio de los principios. **Revista de la Cooperación**. nº 213, 1987. p. 9 – 29.
- CEPA/SC. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina – 1999- 2000**. Florianópolis. 2001a. p. 96-114.
- CEPA/SC.. **Agroindicadores – Indicadores para a Agricultura Catarinense**. V. 2, N^o 7. 2001b 18p.
- CEPAL – Naciones Unidas. **Informe de la Reunion Tecnica Subregional sobre realidad y pespectivas del cooperativismo en Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay**. Montevideo. 1985.
- CEPAL - Naciones Unidas. **Cooperativismo Latinoamericano: Antecedentes y perspectivas**. Chile. 1989.
- CEPSUL/MMA. **Informe da Pesca Extrativa Marinha em Santa Catarina**. Boletim Técnico do Centro Pesquisas e Extensão da Região Sudeste/Sul. 1999. p.5-30.

- DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática. 1983. 285 p.
- DIEGUES, A. C. S. **Povos e Mares: Leituras em sócio-anthropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB - USP, 1995. 269p.
- DPA/MA. **Plano de ação do Departamento de Pesca e Aquicultura (1999 – 2003)**. Departamento de Pesca e Aquicultura/Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Brasília. 1999.
- DUARTE, L. F. D. **As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba**. Niterói: EdUFF, 1999.
- DUMONT, R. **Um mundo intolerável – o liberalismo em questão**. Revan, Rio de Janeiro. 1989. 246 p.
- EPAGRI. **Cadeias Produtivas Aquicultura**. Florianópolis, SC. 1997.
- FAO. Manual de las cooperativas de pescadores. **Estudios sobre pesca**. nº 13. Roma. 1972. 141 p.
- FAO. **Diagnóstico sócio-econômico com enfoque em gênero**. Roma, 2001. 1 disquete 3^{1/2}.
- FOLLMANN, J. I. Participação cooperativa e mudança social. **Perspectiva Econômica**. vol 10. 1980. p. 51-72.
- GOMES, A. N. & VIDAL, M. C. **Da pesca à maricultura: contribuição antropotecnológica sobre transferência de conhecimentos de cultivo de moluscos junto a comunidades de pescadores artesanais**. UFRJ. 1999.
- GONI, A. J.; CASTRO, O. C.; WILLIAMSON, G.; JOFILSAN, P. T.; CERQUEIRA, R. R. & ZAPATA, T. **O que entendemos por capacitação? Fundamentos e considerações para a prática**. Série Cadernos Técnicos Nº 03. Recife: Banco do Nordeste/PNUD. 1998. 55 p.
- GRUMANN, A. & POLI, C. R. **Diagnóstico da maricultura de Santa Catarina**. EPAGRI. 1999. 24 p.
- GUIMARÃES, P. R. Cooperativismo y participación popular: nuevas consideraciones respecto de um viejo tema. **Revista de la Cepal**. nº 28. 1986. p. 181-194.
- IBAMA. **Organização básica**. Brasília, 1989. 49 p.

- IVO, J. F. Participação cooperativa e mudança social. **Revista Perspectiva Econômica**. v. 27. 1980. p. 51-72.
- JÚNIOR-OLIVEIRA, C. C. **Avaliação da eficiência empresarial das cooperativas**. 3ª edição. Curitiba, OCEPAR, 1991. 80p.
- LABALE, A. **Família e trabalho: Relevância da unidade doméstica de produção nas estratégias produtivas de pescadores artesanais**. Relatório ProPex / Univali. 1998.
- LAGO, P. F. **Comunidades pesqueiras de Santa Catarina**. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro. 1968. 85 p.
- LANZETTI, G. La participación en organizaciones cooperativas. **Revista de la Cooperación**. nº 213. 1987. p. 75 – 85.
- LEITÃO, W. M. Pesca e políticas públicas. **Boletim Museu Paraense Emilio Goeldi**. v. 11, nº 2. 1995. p. 185 – 198.
- LEITÃO, W. M. Organização e movimentos sociais dos trabalhadores da pesca. **Boletim Museu Paraense Emilio Goeldi**. v. 12, nº 2. 1996. p. 183 – 199.
- LENZI, R. J. La concientización cooperativa. **Revista de la Cooperación**. nº 213. 1987. p. 63 – 75.
- MACCACCHERO, G. B. & IGARASHI, M. A. Prospectos do cultivo de mexilhões marinhos. In: CONGRESSO NACIONAL ENGENHARIA DE PESCA. **Anais...** Recife, v.2, 1999. p. 1096 – 1105.
- MANESCHY, M. C. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. **Boletim Museu Paraense Emilio Goeldi**. v. 11, nº 2. 1995. p. 145 – 166.
- MARCHIORO, G. B. **A criação da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo e suas implicações sobre as atividades pesqueiras artesanais em Zimbros e Canto Grande (Bombinhas/SC)**. Itajaí, 1998. (Monografia, Universidade do Vale do Itajaí).

- MARTÍNEZ, F. G. & BIALAKOWSKY, L. A. **El balanço social en las cooperativas: Evaluación sistemática del impacto social**. Buenos Aires: Ed. Colegio de Graduados em Cooperativismo. 1984. p. 37-70.
- MEDEIROS, R. P.; POLETTE, M.; VIZINHO, S. C.; MACEDO, C. V. & BORGES, J. C.. Diagnóstico sócio-econômico e cultural nas comunidades pesqueiras artesanais do litoral centro-norte do Estado de Santa Catarina. **Notas técnicas da FACIMAR**: Revista da Faculdade de Ciências do Mar. v. 1. Itajaí, 1997a. p. 33-43.
- MEDEIROS, R. P. **Análise de nichos ecológicos na pesca com redes de emalhe na comunidade pesqueira artesanal da Praia da Canoa (Barra Velha, Santa Catarina)**. Itajaí: UNIVALI. 1997b. 93 p. (Monografia).
- MENDONÇA, M. **Evolução e ocupação da Península de Zimbros**. Biblioteca Pública Municipal Bombinhas. 1995. 25 p.
- MORAES, C. L. Participação do cooperado na cooperativa: uma abordagem contingencial do desenvolvimento e crescimento da cooperativa mista e do cooperado. **Perspectiva Econômica**. v. 29. 1994. p. 125-143.
- MORALES, H. **La revolución azul: acuacultura y ecodesarrollo**. México D.F.: Nueva Imagem. 1978. 159 p.
- OSESC. **Formulário Dados do Cooperativismo Catarinense**. 2000. In press.
- PED. **Relatório final: 1994 – 1998**. Brasília: MMA/PNMA. 1998. 284p.
- PERIUS, V. **Problemas estruturais do cooperativismo**. Rio Grande do Sul: OCERGS. 1983. 105 p.
- PINHO, B. D. 1982. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo. CNPQ, v.1., 265 p.
- PINHO, B. D. **A empresa cooperativa: análise social, financeira e contábeil**. São Paulo. COOPERCULTURA. 1986. 80p.
- POLI, C. R. **Análise dos produtores de moluscos em Santa Catarina**. UFSC/UVIc (Brasil/Canadá). Florianópolis. 1993.

- POLI, C. R. & LITTLEPAGE, J. Desenvolvimento do cultivo de moluscos no Estado de Santa Catarina. .
In: AQUACULTURA BRASIL'98. **Anais...** Recife, v.1, 1998. p. 163-181.
- PROENÇA, C. E. M. **Relatório geral das ações promovidas pelo ministério da agricultura e do abastecimento e pelo conselho nacional de desenvolvimento científico e tecnológico para apoio à cadeia produtiva dos moluscos bivalves cultivados no Brasil.** Brasília: Ministério da Agricultura e Abastecimento. 2001a. In press.
- PROENÇA, C. E. M. **Plataforma do agronegócio da malacultura.** Brasília: CNPQ. DPA/MABA. 2001b. 74 p.
- RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular.** Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2000. 192p.
- ROZANSKI, M.; COSTA, S.W.; BOLL,M.G. & OLIVEIRA NETO, F.M. A evolução da aquicultura no estado de Santa Catarina – Brasil. In: AQUICULTURA BRASIL 2000: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE AQUICULTURA, 11; ENCONTRO SULBRASILEIRO DE AQUICULTURA, 4; ENCONTRO CATARINENSE DE AQUICULTURA, 5; FESTIVAL NACIONAL DA OSTRAS DA CULTURA AÇORIANA –FENAOSTRA. Florianópolis, 2000. **Anais...** Florianópolis: ABRAQ, 2000. CD-ROM.
- RODRIGUES, A. M. T. **Diagnóstico sócio-econômico e a percepção ambiental das comunidades de pescadores artesanais do entorno da Baía da Babitonga (SC): Um subsídio ao gerenciamento costeiro.** Florianópolis: UFSC, 2000. 205p. (Dissertação de Mestrado).
- ROSA, R. de C. C. **Impacto do cultivo de mexilhões nas comunidades pesqueiras de Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 1997. 183 p. (Dissertação de Mestrado).
- RUDLLE, K. The impacts of aquaculture development on socioeconomic environments in developing countries: Towards a paradigm for assessment. In: PULLIN, R; ROSENTHAL, H; MACLEAN, J. (Eds.), **Environment and Aquaculture in Developing Countries.** Manila: ICLARM-GTZ. 1993. p. 20 – 41.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI.** Brasília: Brasiliense, 1993. p.29-56.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice. 1986. p. 15-17.

- SACHS, I. Palestra proferida no Seminário: **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Congresso Habitat 200, Centro de Convenções. Florianópolis: . 2001.
- SCHMIDT, W.; TURNES, V. A.; CAZELLA, A. A.; SCHMIDT, V. B.; SCHMIDT, W. & GELBCKE, D. Associativismo e Cooperativismo: o terceiro setor no desenvolvimento rural catarinense. In: VIEIRA, Paulo (Org.), **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED. 2002. p. 59-112.
- SEIBEL, E. J. Estado e instituições públicas: caso do cooperativismo. **Revista Perspectiva Econômica**. nº 84. 1994. p. 23- 74.
- SCHNEIDER, J. O. Uma proposta para o balanço social das cooperativas. **Revista Perspectiva Econômica**. nº 45. 1984. p. 67- 90.
- SILVA, C. M. Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. **Florianópolis. 1990. (Dissertação Geografia)**.
- SILVEIRA, C. M.; MELLO, R. & GOMES, R. **Trabalho e renda: Metodologias de capacitação FASE**, 1997.
- SOROS, G. A crise do Capitalismo Global: A Sociedade Aberta Ameaçada. **Temas & Debates**. 1998.
- TAMAMES, R. P. El cooperativismo en una encrucijada: necesidad de actualizar sus bases legitimadoras. **Revista de la Cooperación**. nº 213. 1987. p. 29-41.
- TEIXEIRA, O. A. & TEIXEIRA, P. L. **Os pescadores artesanais: análise da situação econômica e social da pesca artesanal em Santa Catarina**. Florianópolis: ACARPESC, 1986. 115 p.
- TESCH, W. A. 2001. **Estratégia do Cooperativismo no Desenvolvimento Local: parcerias para o desenvolvimento local e municipal**. Disponível: <<http://www.dlis.undp.org.br/pnud.nsf/biblioframeset?openframeset>> em 02/Abril/2001.
- TORRENS, J. C. **Avaliação qualitativa da Cooperbelo**. IPUF. Mimeo. Florianópolis. 1984. 55 p.
- VALENTI, W.C. **Aquicultura no Brasil: bases para um desenvolvimento sustentável**. Brasília : CNPQ/Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. p. 25-33.
- VIANA, A. L. **Abordagens metodológicas em políticas públicas**. RAP. Rio de Janeiro. 1996. p. 5-43.

- VIEIRA, P. Gestão patrimonial de recursos naturais: construindo o ecodesenvolvimento em regiões litorâneas. In: CAVALCANTI, Clovis (Org.), **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo : Cortez, Recife : Fundação Joaquim Nabuco. 1995. p. 293-322.
- VIEIRA, P. & CUNHA, I. J. Repensando o desenvolvimento catarinense. In: VIEIRA, Paulo (Org.), **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED. 2002. p. 289-310.
- VINATEA, L. A. **Aquicultura e desenvolvimento sustentável: subsídios para a formulação de políticas de desenvolvimento da aquicultura brasileira**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. 310 p.
- VINATEA, L. A. **Modos de apropriação e Gestão Patrimonial de recursos costeiros- Estudo de caso sobre o potencial e os riscos do cultivo de moluscos marinhos na Baía de Florianópolis, Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC. 2000. 227 p. (Tese de Doutorado).
- VEIGA, S. M. & FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001. 112 p.
- WAHRLICH, R. **A Reserva Biológica Marinha do Arvoredo (SC) e a atividade pesqueira regional**. Florianópolis: UFSC, 1999. 132 p. (Dissertação Mestrado).
- ZAPATA, T. A Metodologia Gespar. Anais do III Encontro de Projetos PNUD e Parceiros em DLIS. Disponível: <<http://www.dlis.unpd.org.br/pnud.nsf/biblioframeset?openframeset>> em 02/Abril/2001.

3. Referências Bibliográficas da Introdução

- ARRUDA, M. **Globalização e Sociedade Civil: Repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa**. PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. Rio de Janeiro. 1996. 15 p.
- BECK, A. **Lavradores e pescadores: um estudo sobre trabalho familiar e trabalho acessório**. Florianópolis: UFSC, v. 1, 1979. (monografia titulação).
- BECK, A. Comunidades pesqueiras e expansão capitalista. In: B.S. Ledo (org.) **O mar e seus recursos**. Florianópolis: Editora da UFSC. 1983. p 53-66.
- BECK, A. Pesca artesanal, pesca industrial e meio ambiente. In: Terceira Reunião Especial da SBPC “Ecosistemas Costeiros: do conhecimento à gestão”. **Anais...**, Florianópolis: CNPQ-SBPC-UFSC. 1986. p. 98-99.
- CEPAL – Naciones Unidas. **Informe de la Reunion Tecnica Subregional sobre realidad y perspectivas del cooperativismo en Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay**. Montevideo. 1985.
- CEPAL - Naciones Unidas. **Cooperativismo Latinoamericano: Antecedentes y perspectivas**. Chile. 1989.
- DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática. 1983. 285 p.
- DIEGUES, A. C. S. **Povos e Mares: Leituras em sócio-anthropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB - USP, 1995. 269p.
- DPA/MA. **Plano de ação do Departamento de Pesca e Aquicultura (1999 – 2003)**. Departamento de Pesca e Aquicultura/Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Brasília. 1999.
- EPAGRI. **Cadeias Produtivas Aquicultura**. Florianópolis, SC. 1997.
- FAO. Manual de las cooperativas de pescadores. **Estudios sobre pesca**. nº 13. Roma. 1972. 141 p.
- FAO. Fisheries and Aquaculture in Latin America and the Caribbean: Situation and Outlook in 1996. **FAO Fisheries Circular No. 921 FIPP/C921., Italy. 1996. 22 p.**

- FAO. **El Estado mundial de la pesca y la acuicultura**. Disponível: <<http://www.fao.org/FI>> em 20/Maio/2001.
- FONTELES-FILHO, A. A. **Recursos pesqueiros: biologia e dinâmica populacional**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará. 1989. 296 p. il.
- GOMES, A. N. & VIDAL, M. C. **Da pesca à maricultura: contribuição antropotecnológica sobre transferência de conhecimentos de cultivo de moluscos junto a comunidades de pescadores artesanais**. UFRJ. 1999.
- GRUMANN, A. & POLI, C. R. **Diagnóstico da maricultura de Santa Catarina**. EPAGRI. 1999. 24 p.
- LEITÃO, W. M. Pesca e políticas públicas. **Boletim Museu Paraense Emilio Goeldi**. v. 11, nº 2. 1995. p. 185 – 198.
- LIMA, R. K, PEREIRA, L. F. **Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1997.
- MALDONADO, S. C. **Mestres & Mares: Espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: ANNABLUME, 2ª ed. 1993.
- MARTINEZ-ESPINOZA, M. Entre la acuicultura de los “mas pobres” y las de los “menos pobres”. Una propuesta metodológica para el desarrollo de la acuicultura rural tipo II. Proyecto Aquila II. **FAO Aquaculture Newsletter**, nº 21. 1995. 114 p.
- MELLO, A. F. Capitalismo, pesca e empobrecimento. In: D’INCAO, M.A. & SILVEIRA, I. M. A. **Povos das águas: Realidade e perspectivas**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. p. 473-489.
- MORALES, H. **La revolución azul: acuicultura y ecodesarrollo**. México D.F.: Nueva Imagem. 1978. 159 p.
- PED. **Relatório final: 1994 – 1998**. Brasília: MMA/PNMA. 1998. 284p.
- PILLAY, T. V. R. **Aquaculture, principles and practices**. Fishing News Books. 1990. p. 12 - 22.
- POLI, C. R. **Análise dos produtores de moluscos em Santa Catarina**. UFSC/UVIc (Brasil/Canadá). Florianópolis. 1993.

- RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2000. 192p.
- ROCZANSKI, M.; COSTA, S.W.; BOLL, M.G. & OLIVEIRA NETO, F.M. A evolução da aquicultura no estado de Santa Catarina – Brasil. In: AQUICULTURA BRASIL 2000: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE AQUICULTURA, 11; ENCONTRO SULBRASILEIRO DE AQUICULTURA, 4; ENCONTRO CATARINENSE DE AQUICULTURA, 5; FESTIVAL NACIONAL DA OSTRAS DA CULTURA AÇORIANA – FENAOSTRA. Florianópolis, 2000. **Anais...** Florianópolis: ABRAQ, 2000. CD-ROM.
- ROSA, R. de C. C. **Impacto do cultivo de mexilhões nas comunidades pesqueiras de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1997. 183 p. (Dissertação de Mestrado).
- RUDLLE, K. The impacts of aquaculture development on socioeconomic environments in developing countries: Towards a paradigm for assessment. In: PULLIN, R; ROSENTHAL, H; MACLEAN, J. (Eds.), **Environment and Aquaculture in Developing Countries**. Manila: ICLARM-GTZ. 1993. p. 20 – 41.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. Brasília: Brasiliense, 1993. p.29-56.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice. 1986. p. 15-17.
- SILVA, C. M. Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. **Florianópolis. 1990. (Dissertação Geografia)**.
- SUDEPE. **Diagnóstico da pesca do Estado de Santa Catarina**. Documento Técnico. Florianópolis: COREG/SC. 1988.
- TEIXEIRA, O. A. & TEIXEIRA, P. L. **Os pescadores artesanais: análise da situação econômica e social da pesca artesanal em Santa Catarina**. Florianópolis: ACARPESC, 1986. 115 p.
- VALENTI, W.C. **Aquicultura no Brasil: bases para um desenvolvimento sustentável**. Brasília : CNPQ/Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. p. 25-33.
- VIEIRA, P. Gestão patrimonial de recursos naturais: construindo o ecodesenvolvimento em regiões litorâneas. In: CAVALCANTI, Clovis (Org.), **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo : Cortez, Recife : Fundação Joaquim Nabuco. 1995. p. 293-322.

VINATEA, L. A. & MUEDAS, W. L. A aquicultura brasileira está preparada para enfrentar os desafios sócio-ambientais do século XXI? In: AQUACULTURA BRASIL'98. **Anais...** Recife, v.2, 1998. p. 545-557.

VINATEA, L. A. **Modos de apropriação e Gestão Patrimonial de recursos costeiros- Estudo de caso sobre o potencial e os riscos do cultivo de moluscos marinhos na Baía de Florianópolis, Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC. 2000. 227 p. (Tese de Doutorado).

WAHRLICH, R. **A Reserva Biológica Marinha do Arvoredo (SC) e a atividade pesqueira regional.** Florianópolis: UFSC, 1999. 132 p. (Dissertação Mestrado).

ZARUR, G. C. L. **Os pescadores do Golfo: antropologia econômica de uma comunidade norteamericana.** Rio de Janeiro: Ed. Achiamé. 1984.

4. Anexos

Instituições Entrevistadas

INSTITUIÇÃO	Nível Federação
Governamental:	
Departamento de Pesca e Aqüicultura- DPA	Federal
EPAGRI	Estadual
CIDASC	Estadual
FIESC	Estadual
SEBRAE	Estadual
IBAMA	Estadual
Pref. Bombinhas	Municipal
Não Governamentais:	
ACAq	Estadual
ADS	Estadual
FAMASC	Estadual
OSESC	Estadual
UFSC	Estadual
Ass. Maricultores	Municipal
Ass. Moradores Bombinhas	Municipal

Relação dos profissionais entrevistados, instituição pertencente e cargo e/ou função desempenhada.

Nome	Instituição	Cargo ou Função
Carlos Eduardo M. de Proença	DPA	Gestor da Cadeia de Moluscos
Mauro Rochahsk	EPAGRI	Coordenador Pesca e Aquicultura
Roque Ângelo Ogliari	EPAGRI	Coordenador Sub-projeto de Desenv. da Pesca
Francisco de Oliveira Neto	EPAGRI	Gestor Estadual Maricultura -SC
Rita de Cássia C. Rosa	EPAGRI	Ordenamento e Organização da Maricultura -SC
José João Tavares	EPAGRI	Extensionista de pesca/maricultura Palhoça
Ivo Seno Radaeli	EPAGRI	Extensionista de pesca/maricultura Penha
Romilto Poluceno	EPAGRI	Extensionista de pesca/maricultura Bombinhas
Maria Luíza	CIDASC	Coord. Defesa Sanitária SC
José Souza Filho	CEPA/SC	Economista de Aquicultura
Paulo Von Do Kanol	OSESC	Gerente de Desenvolvimento Cooperativista
Gilberto Manzoni	UNIVALI	Prof. Pesquisador
Uri Mafra Machado	FAMASC	Presidente
Matias Guilherme Boll	ACAq	Secretário-executivo
Valmor	ADS	Assessor
Luiz Salgado Klaes	UFSC	Núcleo Estudos Cooperativos
Nino Azevedo	Coopermar/Palhoça	Presidente
Maria da Graça	Ass. Maricultores Gov. Celso Ramos	Presidente
Eduardo	Ass. Maricultores Penha	Presidente
Izaías João da Cruz	Ass. Maricultores Bombinhas	Presidente
Edison Roberto	Pref. Bombinhas	Secretaria de Turismo e Meio Ambiente
José Manoel	Pref. Bombinhas	Diretor de Pesca
Ricardo Brito	SEBRAE	Agronegócios

Lista de cooperados entrevistados no presente estudo.

COOPERADOS ENTREVISTADOS	
Adilson João Estevão	Luis Fernando dos Santos
Agnaldo da Silva	Luís Fernando de Maria
Alcides	Luciano dos Santos
Alcides	Maurino João da Silva
Aldir Algemiro Silva	Miguel Filho
Aldori de Maria	Miguel Manoel da Silva
Altino Florência de Maria	Nauri José Silva
Clementina	Neri Antenor de Maria
Dalécio	Nicácio
Eliseu Manoel da Silva	Nilson Manoel
Ivanildo da Silva	Ozias da Cruz
Izaldir Estevão Silva	Paulo Sérgio dos Santos
Izaías	Paulo Manoel dos Santos
Jorge Miguel	Pedro Paulo
José Antônio Monteiro	Rozendo da Silva
José dos passos	Sueli
José Luis (LU)	Valdir (vizinho Izaías)
José João	Valmir Izaldir
José Nerí	Valmor da Silva
Laurides	Vilmar Dercílio Silva

TOTAL = 40 entrevistas

ENTREVISTA COOPERMAC

Questionários para quadro social

Localidade _____

1) Qual sua idade? _____

2) Há quanto tempo você vive nesta localidade? _____

2.1) Qual sua origem? _____

3) Vive todo o ano nesta localidade? _____

4) Porque se tornou cooperado?

Tem cópia do estatuto? Sim Não

Conhece a missão da Cooperativa? Sim Não

5) Quantas pessoas dependem economicamente de você?

6) Algum de seus familiares participam da cooperativa? _____

Quantos ()

7) Qual é a sua escolaridade?

Primeiro grau incompleto completo segundo grau incompleto completo

terceiro grau

8) Recebeu capacitação ou treinamento para desempenhar alguma das atividades que desempenha na cooperativa/ para ingressar na cooperativa? SIM Não

9) Alguém supervisiona seu trabalho (), ou do grupo? ()

10) Durante os últimos anos/meses você trabalhou no cultivo aproximadamente.

Durante os meses de _____

Quantos dias na semana _____

Quantas horas por dia _____

11) Para você tem sido difícil acostumar-se a trabalhar com a cooperativa?

Sim Não

Sim, por quê? _____

12) Executa outra atividade além da maricultura?

Caso seja pescador.

Você pesca? () Filho de pescador? ()

Você se dedicava a esta atividade:

Todo o ano

Durante os meses de pesca legal.

Apenas eventualmente

O Que faz do pescador? _____

13) Para qual das ocupações dedicavas/dedicas mais tempo de trabalho? _____

14) Qual das ocupações que tens proporciona maior renda (lucro)? _____

15) Qual das ocupações exige maior esforço (dedicação)? _____

16) O que tem recebido por seu trabalho da cooperativa:

Da para viver (), é só uma ajuda (), permite realizar gastos especiais (melhoramento da casa, aquisição de eletrodomésticos, etc) _____

17) Se obtivesse do seu trabalho uma “boa” quantidade de dinheiro o que faria? _____

18) Você acha, que no futuro, o rendimento dos sócios serão como é atualmente (), ou melhoraram substancialmente () _____

19) Se o crescimento das atividades da cooperativa fizesse necessário que você dedicasse mais tempo de trabalho.

Poderia faze-lo () ou

Preferiria que outro sócio fizesse ()

20) Na sua opinião existem alguns obstáculos ou problemas que a cooperativa deva superar para funcionar melhor? Sim () Não ()

Quais? _____

21) nas assembléias alguns destes problemas são tratados? Sim () Não ()

Quais? _____

22) Na sua opinião, as relações entre a cooperativa e a comunidade são: boas (), más (), regulares ().

Porquê?

23) A cooperativa tem trazido benefícios para a comunidade?

Sim (), Não (), de certa forma ()

Quais? _____

24) Você tem amigos ou parentes que queiram participar da cooperativa (), ou formar (participar de outra forma de organização da atividade)? ()

25) Conhece outras cooperativas voltadas para a maricultura? Sim (), Não ()

26) Tem lido folhetos (), livros () sobre o cultivo de moluscos?

Sim (), Não ()

26.1) Para vc quais são os pontos fortes e fracos da maricultura catarinense atualmente?

26.2) Tem lido alguma coisa sobre cooperativismo? Sim (), Não ()

27) O que você precisa para desempenhar melhor seu trabalho (capacitação, equipamento, pessoas – auxiliares, etc) _____

Componentes da família:

Ocupação:

Nível de participação nas atividades de pesca e maricultura:

Saneamento:

Habitação:

Festas Culturais:

Como era antes da cooperativa:

PROTOCOLO DE CAMPO

PARA QUADRO SOCIAL, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

1. Medidores de participação do associado como usuário

- 1.1. Nível de integralização das quotas-partes.
- 1.2. Nível de entrega da produção: Qual a proporção da produção entregue sobre o total produzido.
- 1.3. Nível de participação na aquisição de insumos/bens de consumo.
- 1.4. Nível de participação no recebimento dos serviços. Quais serviços a cooperativa presta ao cooperado?
- 1.5. Nível de participação nos resultados (sobras).
- 1.6. Nível de participação nas informações e no processo de comunicação (boletins, jornais, etc).
- 1.7. Há destinação integral dos recursos previstos legalmente para assistência educacional, social e cultural e técnica?
- 1.8. A cooperativa dispõe de prestação de serviços (social, técnico e/ou educacional)?
- 1.9. Há um trabalho visando a participação de mulheres e jovens na cooperativa?
- 1.10. A expansão material e econômica da cooperativa ocorre na mesma proporção do desenvolvimento da qualidade de vida dos associados. Quais as vantagens que os associados tem em relação aos não associados?
- 1.11. O crescimento dos fundos indivisível ocorre na mesma proporção dos fundos divisíveis e do capital social?
- 1.12. A proporção maior dos fundos cabe: fundos indivisíveis ou divisíveis?
- 1.13. O quadro social na cooperativa é estável? Apresenta-se em expansão ou diminuição? Qual a rotatividade dos cooperados?

2. Medidores de participação do associado como dono

2.1.1. Participação nas assembleias

- 2.1.1.1. Percentual de frequência dos associados às assembleias ordinárias e extraordinárias.
- 2.1.1.2. Quem toma iniciativa na convocação das assembleias extraordinárias: são sempre dos dirigentes ou partem também dos sócios (quantificar).
- 2.1.1.3. As convocações das assembleias obedecem a um tema previamente fixado pelos dirigentes, associados ou ambos?

2.1.2. Qualidade da participação nas assembléias

2.1.2.1. Frequência de intervenções nos debates das assembléias, via pedidos de explicações, sugestões, etc. Apenas os dirigentes intervêm e propõem ou os associados também (Quantos?) A que estratos de produtores pertencem.

2.1.2.2. A unilateralidade nas decisões pode ser devido a: falta de educação e consciência dos associados;

a incapacidade de articular os interesses divergentes e ao uso e abuso de relações de dependência pessoal, mediante promessas e pressões.

2.1.2.3. Como ocorre a votação (aclamação, individual, secreto... sob quais circunstâncias).

2.1.2.4. Os associados têm razoável conhecimento prévio dos assuntos a serem discutidos em assembléias e das decisões a tomar? Há reuniões preparatórias em pequenos grupos para discutir os assuntos?

2.1.2.5. Há apresentação de propostas alternativas, visando atender todas os grupos de produtores?

2.1.2.6. Há outros órgãos de participação dos associados: Ex: núcleos de base, conselho de educação, conselho de representante, etc.

2.2. Participação no Conselho de Administração

2.2.1. Qualificação social dos componentes do Conselho de Administração: são pessoas dos estratos: alto, médio ou baixo. Em que proporção?

2.2.2. Frequência da rotatividade e da renovação nos cargos. A alternância no poder ocorre entre as mesmas pessoas ao longo do tempo?

2.2.3. Há ou não a formação de novas lideranças. Modalidades desta formação. Formação com educação cooperativista?

2.2.4. Há ou não prévia consulta aos associados para tomada de decisões mais importantes? Com que frequência? Com que modalidades? Em especial, como são fixados e reajustados os honorários dos dirigentes e técnicos? Pelos Conselhos de Administração? Pela Assembléia Geral?

2.2.5. Como são discutidas e tomadas as decisões referentes: às sobras; aos investimentos; à capitalização e à criação de fundos.

2.2.6. Há ou não suficiente autonomia do Conselho de Administração em relação aos executivos contratados ou prestadores de serviço?

2.2.7. Há mecanismos estatutários para reeleger diretoria entre outros, segundo voto de confiança e/ou desconfiança dos associados?

2.2.8. O Conselho de Administração é assessorado por outros conselhos (Ex: planejamento, educação, etc).

2.2.9. O serviço de comunicação e educação depende: da direção da cooperativa, do Conselho fiscal, Comitê de Educação escolhido pelos associados.

2.2.10. Há recursos do FATES? Para que são aplicados.

2.3. Participação no Conselho Fiscal (CF)

2.3.1 Há ou não independência e autonomia dos membros do CF em relação aos demais existentes na Cooperativa.

2.3.2. Dispõem os membros do CF de uma formação cultural e técnica adequada para o desempenho das funções, especialmente conhecimentos básicos em contabilidade e administração.

2.3.3. Qual a frequência do controle realizado pelo CF. Anual, Semestral ou mensal.

2.3.4. O controle do CF restringe-se apenas aos aspectos contábeis ou se estende aos aspectos administrativos, econômicos e sociais?

2.3.5. O CF dispõe de serviços de auditoria? Há auditoria de acompanhamento? Os serviços de consultoria são mantidos pela cooperativa ou por entidades não cooperativas?

2.3.6. O CF mantém informados os associados numa linguagem acessível sobre sua gestão? Com que frequência?

3. Medidores referentes à inserção da cooperativa na comunidade.

3.1. A cooperativa participa ou não de entidades dedicadas a promoção e ao desenvolvimento da comunidade?

3.2. A cooperativa mantém programas de comunicação com a comunidade, visando a difusão da cultura, de novas tecnologias e o desenvolvimento de ações comunitárias?

3.3. Há ou não ações conjuntas entre cooperativa e entidades comunitárias da região? Quais? Com que frequência?

3.4. A cooperativa mantém sua autonomia em relação a lideranças locais?

3.5. A cooperativa é financeiramente autônoma ou depende de recursos de terceiros?